

Informações Financeiras Consolidadas em IFRS referente aos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012

## Banco Pine S.A.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes



## **Relatório de revisão das Informações Trimestrais (ITR)**

Aos Administradores e Acionistas  
Banco Pine S.A.

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias consolidadas do Banco Pine S.A. e empresas controladas (“Instituição”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – *Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade* e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente*). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Banco Pine S.A. e empresas controladas

### **Conclusão**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações financeiras intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB aplicável à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

São Paulo, 15 de maio de 2013

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira  
Contador CRC 1SP127241/O-0

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/3/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativos financeiros</b>		<b>9.393.879</b>	<b>9.700.135</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>5</b>	<b>568.586</b>	<b>432.076</b>
<b>Ativos financeiros avaliados ao valor justo</b>		<b>3.534.934</b>	<b>4.268.898</b>
<b>Ativos financeiros mantidos para negociação</b>		<b>2.899.374</b>	<b>3.776.085</b>
Instrumentos de dívida	7	2.604.345	3.438.752
Instrumentos de capital		1.225	-
Instrumentos financeiros derivativos	8	293.804	337.333
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>		<b>635.560</b>	<b>492.813</b>
Instrumentos de dívida	7	635.560	418.623
Instrumentos de capital	7	-	74.190
<b>Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado</b>		<b>5.290.359</b>	<b>4.999.161</b>
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		<b>5.290.359</b>	<b>4.999.161</b>
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	6	333.411	100.299
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	4.956.948	4.898.862
<b>Outros ativos</b>		<b>603.521</b>	<b>506.802</b>
<b>Ativos não circulantes mantidos para venda</b>	10	<b>180.213</b>	<b>176.279</b>
<b>Outros</b>		<b>423.308</b>	<b>330.523</b>
Devedores por depósitos em garantia	11	201.901	199.189
Imposto de renda a compensar		74.413	36.478
Outros ativos	12	146.994	94.856
<b>Créditos tributários</b>		<b>68.204</b>	<b>72.021</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39.c.d	68.204	72.021
<b>Imobilizado</b>	13	<b>27.839</b>	<b>28.968</b>
Imobilizado de uso		27.839	28.968
<b>Intangível</b>	14	<b>1.831</b>	<b>2.053</b>
Intangíveis		1.831	2.053
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>10.095.274</b>	<b>10.309.979</b>

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/3/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivos financeiros</b>		<b>8.651.961</b>	<b>8.894.589</b>
<b>Passivos financeiros para negociação</b>		<b>109.705</b>	<b>100.393</b>
Instrumentos financeiros derivativos	8	109.705	100.393
<b>Passivo financeiro ao custo amortizado</b>		<b>8.542.256</b>	<b>8.794.196</b>
Depósitos de instituições financeiras	15	109.786	121.000
Depósitos de clientes	16	3.411.142	3.595.159
Captações no mercado aberto	17	1.954.411	1.832.661
Obrigações por títulos e valores mobiliários	18	836.504	891.632
Obrigações por empréstimos e repasses	19	1.868.618	1.985.137
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	20	209	334
Dívidas subordinadas	21	303.206	312.202
Outros passivos financeiros	22	58.380	56.071
<b>Provisões</b>	<b>23</b>	<b>75.420</b>	<b>93.382</b>
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões		31.477	50.791
Provisões para riscos fiscais		43.943	42.591
<b>Passivos Fiscais</b>	<b>24</b>	<b>38.120</b>	<b>10.409</b>
<b>Outros Passivos</b>		<b>47.062</b>	<b>62.237</b>
Relações com correspondentes		15	37
Outras obrigações	25	47.047	62.200
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>8.812.563</b>	<b>9.060.617</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>26</b>	<b>1.282.711</b>	<b>1.249.362</b>
Capital social - País		873.381	842.654
Capital social - Exterior		93.878	93.029
Reservas de capital		9.220	11.685
Reservas de lucros		301.337	285.136
Dividendos Propostos		19.185	18.559
(-) Ações em Tesouraria		(9.993)	(12.750)
Ajustes de avaliação patrimonial	27	(4.297)	11.049
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>10.095.274</b>	<b>10.309.979</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E DE 2012**

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	31/03/2013	31/03/2012
Receitas com juros e similares	28	141.176	207.621
Despesas com juros e similares	29	(116.371)	(140.685)
<b>RECEITA LÍQUIDA COM JUROS</b>		<b>24.805</b>	<b>66.936</b>
<b>Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)</b>		<b>91.088</b>	<b>66.158</b>
<b>Ativos e Passivos financeiros para negociação</b>	30.a)	<b>87.028</b>	<b>50.353</b>
Derivativos		64.057	7.626
Instrumentos de dívida		22.971	42.727
<b>Variações cambiais (líquidas)</b>		<b>4.060</b>	<b>15.805</b>
Receitas de tarifas e comissões	31	10.049	23.513
Despesas de tarifas e comissões	32	(1.635)	(1.306)
<b>TOTAL DE RECEITAS</b>		<b>124.307</b>	<b>155.301</b>
Despesas administrativas		<b>(52.987)</b>	<b>(57.267)</b>
Despesas com pessoal	35	(29.917)	(35.814)
Despesas tributárias		(3.541)	(4.150)
Outras despesas administrativas	36	(19.529)	(17.303)
Outras receitas (despesas) operacionais	34	1.181	(37.559)
Depreciações e amortizações		(1.525)	(1.003)
Provisões (líquidas)	37	1.992	15.605
<b>Provisão de ativos financeiros - Impairment</b>	9.f)	<b>(8.602)</b>	<b>5.997</b>
Empréstimos e recebíveis		(10.156)	5.997
Instrumentos de dívida		1.554	-
Resultado na alienação de bens	38	1.249	3.476
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>		<b>65.615</b>	<b>84.550</b>
Imposto de renda e contribuição social	39	(19.414)	(26.411)
<b>LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO</b>		<b>46.201</b>	<b>58.139</b>
Lucro atribuível ao Controlador		46.201	58.139
<b>LUCRO POR AÇÃO (em reais)</b>			
<b>Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)</b>			
Ações ordinárias		0,43	0,59
Ações preferenciais		0,43	0,59
<b>Lucro líquido atribuído/diluído (em Reais - R\$)</b>			
Ações ordinárias		24.857	30.517
Ações preferenciais		21.344	27.622
<b>Média ponderada das ações emitidas - básica</b>			
Ações ordinárias		58.444.889	51.886.766
Ações preferenciais		50.186.211	46.966.008

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E DE 2012**

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	<b>Nota</b>	<b>31/03/2012</b>	<b>31/03/2012</b>
<b>Lucro líquido consolidado do período</b>		<b>46.201</b>	<b>58.139</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>27</b>	<b>(15.043)</b>	<b>1.722</b>
Variação de valor justo		(25.062)	2.869
Imposto de renda		10.019	(1.147)
<b>Hedges fluxo de caixa</b>	<b>27</b>	<b>(303)</b>	<b>3.712</b>
Variação de valor justo		(505)	6.187
Imposto de renda		202	(2.475)
<b>Lucro líquido abrangente</b>		<b>30.855</b>	<b>63.573</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E DE 2012**

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Aumento de Capital	Reservas de capital	Reservas de lucro	Ações em tesouraria	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>422.606</b>	<b>373.439</b>	<b>14.032</b>	<b>190.590</b>	-	<b>26.726</b>	-	<b>(1.479)</b>	<b>1.025.914</b>
<b>Lucro líquido consolidado do período</b>	-	-	-	-	-	-	<b>58.139</b>	-	58.139
<b>Outros resultados abrangentes</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>5.434</b>	5.434
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	2.869	2.869
Hedges fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-	-	6.187	6.187
Imposto de renda diferido	-	-	-	-	-	-	-	(3.622)	(3.622)
<b>Outras mutações do patrimônio líquido</b>	<b>373.442</b>	<b>(373.439)</b>	-	<b>43.139</b>	-	<b>(22.779)</b>	<b>(58.139)</b>	-	(37.776)
Aumento de capital	373.442	(373.439)	-	-	-	-	-	-	3
Reserva legal	-	-	-	2.328	-	-	(2.328)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	40.811	-	-	(40.811)	-	-
Aprovação/pagamento dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(22.779)	-	-	(22.779)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(15.000)	-	(15.000)
<b>Saldos em 31 de março de 2012</b>	<b>796.048</b>	<b>-</b>	<b>14.032</b>	<b>233.729</b>	<b>-</b>	<b>3.947</b>	<b>-</b>	<b>3.954</b>	<b>1.051.710</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>935.683</b>	<b>-</b>	<b>11.685</b>	<b>285.136</b>	<b>(12.750)</b>	<b>18.559</b>	<b>-</b>	<b>11.049</b>	<b>1.249.362</b>
<b>Lucro líquido consolidado do período</b>	-	-	-	-	-	-	<b>46.201</b>	-	46.201
<b>Outros resultados abrangentes</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>(15.346)</b>	(15.346)
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	(25.062)	(25.062)
Hedges fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-	-	(505)	(505)
Imposto de renda diferido	-	-	-	-	-	-	-	10.221	10.221
<b>Outras mutações do patrimônio líquido</b>	-	<b>31.576</b>	<b>(2.465)</b>	<b>16.201</b>	<b>2.757</b>	<b>626</b>	<b>(46.201)</b>	-	<b>2.494</b>
Aumento de capital (Nota 26)	-	31.576	-	-	-	-	-	-	31.576
Venda de ações em tesouraria	-	-	-	-	2.757	-	-	-	2.757
Outras reservas de capital	-	-	(2.465)	-	-	-	-	-	(2.465)
Reserva legal	-	-	-	2.278	-	-	(2.278)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	13.923	-	-	(13.923)	-	-
Aprovação/pagamento dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	626	-	-	626
Dividendos (Nota 26)	-	-	-	-	-	-	(30.000)	-	(30.000)
<b>Saldos em 31 de Março de 2013</b>	<b>935.683</b>	<b>31.576</b>	<b>9.220</b>	<b>301.337</b>	<b>(9.993)</b>	<b>19.185</b>	<b>-</b>	<b>(4.297)</b>	<b>1.282.711</b>



**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**  
**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO**  
**DE 2013 E DE 2012**  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/03/2013	31/03/2012
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Lucro líquido ajustado</b>		<b>65.299</b>	<b>69.943</b>
Lucro líquido consolidado do trimestre		46.201	58.139
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(7.261)	(3.647)
Depreciação e Amortização		1.525	1.003
Impostos diferidos		15.920	18.589
Impairment empréstimos e recebíveis		8.602	(5.997)
Provisões / Reversões para contingências (líquidas)		288	1.330
Ganhos líquidos na alienação do ativo tangível, bens não de uso e investimentos		24	526
<b>Varição de ativos e passivos operacionais</b>		<b>69.032</b>	<b>(139.573)</b>
(Aumento) Redução Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		(233.112)	183.670
(Aumento) Redução instrumento de dívida		691.660	775.948
(Aumento) Redução Instrumento de patrimônio		(16.571)	5.433
(Aumento) Redução Derivativos (líquidos)		52.841	20.962
(Aumento) Redução Empréstimos e adiantamentos a clientes		(66.689)	(226.633)
(Aumento) Redução Imposto de renda e contribuição social diferidos		(12.102)	2.934
(Aumento) Redução Ativos não correntes para venda		(3.934)	14.039
(Aumento) Redução Imposto de renda a compensar		(37.935)	(950)
(Aumento) Redução de em devedores por depósitos em garantia		(2.712)	(4.831)
(Aumento) Redução Outros Ativos		(52.138)	(37.263)
Aumento (Redução) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		(55.128)	(72.844)
Aumento (Redução) Depósitos		(195.232)	(4.972)
Aumento (Redução) Captações no mercado aberto		121.750	(788.036)
Aumento (Redução) Obrigações por empréstimos e repasses		(116.519)	(31.484)
Aumento (Redução) Relações com correspondentes		(22)	(695)
Aumento (Redução) Obrigação por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(125)	(13.318)
Aumento (Redução) Outros Passivos Financeiros		2.309	6.399
Aumento (Redução) Provisões		(18.250)	(22.641)
Aumento (Redução) Passivos Fiscais		27.711	(3.040)
Aumento (Redução) Outras Obrigações		(16.770)	57.749
<b>Caixa líquido proveniente de (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<b>134.331</b>	<b>(69.630)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
(Aquisição) de Imobilizado de Uso		(200)	(521)
Alienação de Imobilizado de Uso		-	190
Alienação (Aquisição) do Intangível		3	(512)
<b>Caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades de investimento</b>		<b>(197)</b>	<b>(843)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aumento de capital		31.576	3
Aumento de dívidas subordinadas		(8.996)	(13.138)
Ágio por Subscrição de Ações		(2.465)	-
Venda de ações em tesouraria		2.757	-
Dividendos/remuneração para acionistas		(27.757)	(38.121)
<b>Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento</b>		<b>(4.885)</b>	<b>(51.256)</b>
<b>AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>129.249</b>	<b>(121.729)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do trimestre	5	432.076	345.740
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		7.261	3.647
Caixa e equivalentes de caixa no fim do trimestre	5	<b>568.586</b>	<b>227.658</b>
<b>Informações complementares</b>			
Juros recebidos		77.146	97.385
Juros pagos		210.832	32.983

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Pine S.A. ("Banco ou Banco Pine") é uma sociedade por ações, domiciliado na Avenida das Nações Unidas, 8501 – 29º andar – Pinheiros – São Paulo - SP, registrado na BM&FBovespa S.A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de crédito e financiamento e de câmbio.

As operações do Banco são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Financeiro Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) a partir de 01 de janeiro de 2009, data da adoção inicial.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas localmente de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, Lei das sociedades por ações e regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, doravante denominados "BRGAAP", e estão sendo apresentadas separadamente dessas demonstrações. A nota explicativa 47 contém a reconciliação do Patrimônio líquido e do Resultado.

As demonstrações financeiras em IFRS incluem as normas contábeis emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores, tendo sido atendidas todas as normas, cuja aplicação era mandatária sem exceções.

Em atendimento à deliberação CVM nº 505/06, informamos que foi autorizada, em 29 de abril de 2013, a conclusão das Demonstrações Financeiras Consolidadas, de 31 de março de 2013, pelo Conselho de Administração do Banco, dentre outras providências.

**b. Normas, emendas, alterações e interpretações relevantes emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) aplicáveis para o período:**

- IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorreram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros" Em dezembro de 2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de offsetting. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas. São aplicáveis as entidades de investimento, que investem em fundos, exclusivamente para obter retornos de valorização do capital, rendas de investimento ou ambos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2014. Os possíveis impactos dessas alterações estão sendo avaliados;
- IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma prevê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- O IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e USGAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou USGAAP. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas;

**c. Normas, emendas, alterações e interpretações relevantes emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que ainda não estão em vigor:**

As seguintes normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o período findo em 31 de março de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi prevista, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e CVM:

- IAS 32 - "Instrumentos Financeiros" Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de offsetting de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2014. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

• O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

O Banco entende que a adoção das normas e interpretações anteriormente mencionadas não terá efeito significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas como um todo, exceto para o IFRS 9 e IAS 19, que o Banco está analisando os impactos decorrentes da adoção destas normas. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Banco.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas controladas pelo Banco.

As normas e alterações das normas existentes foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis do Banco iniciados após 1º de janeiro de 2011.

**a. Base de consolidação**

As Demonstrações Financeiras consolidadas contemplam as operações do Banco Pine S.A., que inclui a agência de Grand Cayman e Pine Securities, suas subsidiárias, bem como das entidades de propósito específico e dos fundos de investimento onde o Pine é cotista único.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo grupo.

Destacamos abaixo as entidades incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas:

	Atividade	Participação no capital (%)	
		31/3/2013	31/12/2012
<b>Dependências e Subsidiárias no exterior</b>			
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000	100,0000
Pine Securities USA LLC <sup>(4)</sup>	Subsidiária no exterior	100,0000	100,0000
<b>Subsidiárias</b>			
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	99,9998	99,9998
Pine Comercializadora de Energia Elétrica Ltda <sup>(1)</sup>	Consultoria	99,9999	99,9999
Pine Corretora de seguros Ltda.	Corretora de seguros	99,9998	99,9998
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Consultoria	99,9998	99,9998
Pine Assessoria em Comercialização de Energia <sup>(2)</sup>	Consultoria	10,0000	10,0000
Pine Planejamento e Serviços Ltda <sup>(3)</sup>	Consultoria	99,9900	99,9900
<b>Entidades de propósito específico</b>			
Pine Crédito Privado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros	FIDC	-	-
<b>Fundos de investimentos - cotista único</b>			
Pine High Yield Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	Fundo de investimento multimercado	-	-
Pine CM Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	Fundo de investimento multimercado	-	-
Pine RB Capital Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	Fundo de investimento multimercado	-	-
Fundo de Investimento Pine Referenciado DI Crédito Privado	Fundo de investimento DI	-	-

<sup>(1)</sup> Em 16 de fevereiro de 2012 foi aprovada a transformação do tipo societário de Sociedade Anônima para Sociedade Empresária Ltda, com a mudança da denominação social da BP Empreendimentos e Participações S/A para Pine Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.

<sup>(2)</sup> Em 24 de abril de 2012, foi constituída a Pine Assessoria em Comercialização de Energia Ltda. O capital social é de R\$10, dividido em 10.000 quotas de R\$1 cada, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, e assim distribuído entre os sócios: A Pine Comercializadora de Energia Elétrica com 90% de participação e o Banco com 10% de participação.

<sup>(3)</sup> Em 26 de junho de 2012, foi constituída a Pine Planejamento e Serviços Ltda. O capital social é de R\$10, dividido em 10.000 quotas de R\$1 cada, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, e assim distribuído entre os sócios: A Pine Comercializadora de Energia Elétrica com 0,01% de participação e o Banco com 99,99% de participação.

<sup>(4)</sup> Em outubro de 2012, foi constituída a Pine Securities USA LLC Limited Liability Company Agreement.

**Subsidiárias**

São classificadas como subsidiárias as Empresas sobre as quais o Banco exerce controle, representado pelo poder de gerir as suas políticas financeiras e operacionais para obter benefícios das suas atividades. As subsidiárias são consolidadas pelo método integral desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa. Consequentemente, todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados na consolidação.

**Entidade de Propósito Específico - Pine Crédito Privado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros (Pine Crédito Privado)**

Pelo fato do controle sobre os recebíveis cedidos ao fundo remanescer com o Banco (recebimento, repasse e cobrança) e devido ao Banco ser detentor das cotas subordinadas do Fundo, a administração decidiu consolidar o FIDC, conforme previsto no Ofício - circular da CVM 01/2007, conforme previsto na SIC 12.

Conforme artigo 5º da Instrução CVM nº 408/04, seguem informações relacionadas ao Pine Crédito Privado considerado na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

i) Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo FIDC.

O Fundo denominado Pine Crédito Privado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros, administrado pelo Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 07 de dezembro de 2010. A data de início da distribuição foi em 28 de março de 2011. O Fundo ofertou 207.000 quotas seniores no valor unitário de R\$1. A data de encerramento da distribuição foi em 06 de abril de 2011. O Fundo encerrará suas atividades no prazo de 180 dias contados do resgate integral das quotas seniores em circulação (54 meses após a data de distribuição do Fundo).

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

O objetivo do Fundo é atuar no sentido de propiciar aos Quotistas a valorização de suas Quotas, exclusivamente por meio da aquisição de Direitos Creditórios do segmento financeiro, exclusivamente originados e cedidos pelo Pine, que atendam aos Critérios de Elegibilidade, observados todos os índices de composição e diversificação de carteira estabelecidos no Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.

ii) Participação no patrimônio e nos resultados do FIDC.

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, e capítulo 21 do Regulamento do Fundo, a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do Fundo será de 69%. Isto quer dizer que o Fundo deverá ter 31% de seu patrimônio representado por cotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos cotistas do Fundo, mensalmente.

iii) Natureza de seu envolvimento com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento.

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Cedente (Banco Pine), sem prejuízo do direito do cessionário (Fundo), diretamente ou por intermédio de terceiros, também efetuar tal verificação.

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos direitos creditórios pelos sacados e demais ativos componentes da carteira do Fundo é atribuído às cotas subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedido esta somatória, a inadimplência dos direitos creditórios de titularidade do Fundo é atribuída às cotas seniores. As cotas subordinadas não apresentam uma meta de rentabilidade, porém deverão se beneficiar dos eventuais retornos excedentes gerados pela carteira de direitos creditórios.

Na hipótese de inobservância do percentual de cotas subordinadas representando menos de 31% do patrimônio líquido do Fundo, o Banco terá 5 dias úteis para providenciar o restabelecimento dessa relação mínima, através de subscrição de novas cotas subordinadas, o que caso não ocorra, deverá a Administradora convocar um Evento de Avaliação nos termos do regulamento. Na hipótese das cotas subordinadas representarem mais que 31% do patrimônio líquido do Fundo, a administradora poderá realizar uma amortização parcial de cotas subordinadas em montante necessário ao re-equilíbrio desse fator.

iv) Montante e natureza dos créditos, obrigações, receitas e despesas entre a companhia e o FIDC, ativos transferidos pela companhia e direitos de uso sobre ativos do FIDC.

No período findo em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 não houve operações cedidas para o FIDC.

**Fundos de Investimento - Cotista único**

Consolidamos os fundos de investimentos em que o Pine é cotista único, pois na essência o Banco obtém a maioria dos riscos e benefícios de suas operações.

**b. Base de avaliação**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mantidos para negociação, instrumentos financeiros disponíveis para venda, instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros reconhecidos e designados como objeto de hedge em transações qualificáveis de hedge de valor justo atribuível ao risco protegido.

**c. Utilização de estimativas e julgamentos**

O Banco e suas controladas preparam as estimativas com base em premissas que afetam os números divulgados de ativos e passivos dentro do próximo ano fiscal. Todas as estimativas e premissas requeridas em conformidade com as IFRS são as estimativas que de acordo com a administração são adequadas às atividades do Banco. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas futuras. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

As estimativas contábeis críticas são:

**(i) Avaliação do valor justo de alguns instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros sem mercado ativo ou cujos preços não estão disponíveis é calculado por meio de técnicas de precificação. Nestes casos, os valores justos são estimados por meio de dados observados em instrumentos similares ou através de modelos. Quando dados observáveis de mercado não estão disponíveis, eles são estimados baseados em premissas consideradas apropriadas. Quando são utilizadas técnicas de precificação, estas são validadas e revisadas periodicamente a fim de manter sua confiabilidade.

Em algumas situações é necessária a inclusão do risco de crédito na mensuração do valor justo. Para isto, são utilizadas técnicas estatísticas (volatilidade e correlações) que necessariamente requerem julgamentos da administração.

O Banco determina que investimentos "disponíveis para venda" estão impaired quando ocorre uma queda significativa e prolongada no valor justo do ativo, abaixo do seu custo.

A determinação de que é considerada "significativa" ou "prolongada" requer julgamento. Para alcançar este julgamento o Banco avalia entre outros fatores, a volatilidade dos preços dos instrumentos. Adicionalmente, a evidência objetiva do impairment pode ser a deterioração na saúde financeira da empresa, o desempenho da indústria, a performance do setor, a mudança de tecnologia e no fluxo de caixa operacionais e financeiros.

**(ii) Impairment de empréstimos e adiantamentos**

É efetuada a revisão quanto a necessidade de impairment da carteira de empréstimos e adiantamentos mensalmente. O Banco faz uso de julgamentos para verificar a existência de indícios de impairment. Esses indícios incluem dados observáveis que indicam que ocorreram mudanças adversas no status de pagamentos de devedores classificados numa mesma categoria, além de condições econômicas que possam afetar o valor contábil dos ativos. Quando verificada a necessidade de reconhecimento de uma perda ao valor recuperável esta deve ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

A Administração efetua julgamentos baseados nas perdas históricas para ativos com risco de crédito semelhante e evidência objetiva similar de impairment.

A metodologia e as premissas utilizadas para os cálculos de impairment são revisadas constantemente.

**(iii) Impostos diferidos**

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos em decorrência de diferenças temporárias na medida em que for provável que o Banco e suas controladas terão lucro tributável no futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

Os créditos tributários e prejuízos fiscais a compensar são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro suficiente para a utilização destes créditos.

**(iv) Passivos contingentes**

O Banco revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado nas Notas 3.ac e Nota 23.

**d. Regime de competência**

A entidade prepara as suas Demonstrações Financeiras de acordo com o critério contábil da competência.

**e. Gestão do capital**

A gestão do capital é efetuada nos níveis regulatórios e econômicos e está baseada na análise dos índices de capital do Banco Central do Brasil.

**f. Moeda estrangeira***Moeda funcional e moeda de apresentação*

Cada empresa do Grupo determina sua própria moeda funcional conforme IAS 21 – “Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio”. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada entidade do Grupo são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (moeda funcional).

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco, e inclusive da agência no exterior.

*Transações e saldos em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são aquelas originalmente denominadas ou com liquidação em moeda estrangeira. Tais transações são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados.

Os ganhos e perdas cambiais relacionados a caixa e equivalentes, empréstimos e adiantamentos, outros ativos, obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior, depósitos de clientes, obrigações por empréstimos e repasses, relações com correspondentes e dívidas subordinadas são apresentados na demonstração de resultado como receita (despesa) de juros.

*Conversão de moeda funcional para moeda de apresentação para unidades no exterior*

Considerando que nenhuma das unidades do Grupo opera com moeda funcional de economia hiperinflacionária, os resultados e as posições financeiras das entidades do Grupo, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos da seguinte maneira:

- . Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço;
- . Receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias no período de apuração.

Na consolidação, diferenças cambiais decorrentes da conversão de investimento líquido em entidades no exterior são lançadas em “outros resultados abrangentes”.

Em caso de venda, total ou parcial, de negócio no exterior, as diferenças cambiais são reconhecidas no resultado como parte do ganho (perda) na venda.

**g. Juros**

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado pelo método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e os recebimentos futuros durante a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras em operações de crédito.

Os juros decorrentes da aplicação da taxa efetiva são contabilizados na rubrica “Receitas de juros e similares” na demonstração do resultado.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as taxas e comissões, os custos de transação, os descontos e os prêmios que são pagos ou recebidos e que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação incluem os custos incrementais que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultados incluem:

- Juros de ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros;
- Juros de ativos de investimentos disponíveis para venda, com base na taxa efetiva de juros;
- A parte efetiva de derivativos de *hedge* qualificados e designados em uma relação de *hedge* de fluxo de caixa, no mesmo período em que o item protegido é lançado em receitas/despesas de juros;
- Alterações no valor justo de derivativos qualificados (incluindo inefetividades do *hedge*) e dos respectivos itens protegidos, quando o risco de taxa de juros é o risco protegido.

Receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros para negociação são consideradas incidentes às operações de negociação do Banco e são apresentadas de forma agregada a todas as mudanças no valor justo dos ativos e passivos para negociação em “Resultado de ativos e passivos financeiros para negociação”.

**h. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**i. Taxas e comissões**

As receitas e as despesas de taxas e comissões que são parte integrante da taxa efetiva de juros de um ativo ou passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros e são contabilizados na rubrica “Receitas de juros e similares” na demonstração do resultado.

As demais receitas de taxas e comissões são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados e são contabilizados na rubrica “Receitas de tarifas e comissões” na demonstração do resultado.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

**j. Resultado de instrumentos financeiros para negociação**

O resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação compreende os ganhos líquidos e as perdas relacionados aos ativos e passivos mantidos para negociação, e inclui todas as alterações realizadas e não realizadas no valor justo, juros, dividendos e diferenças cambiais sobre estes instrumentos financeiros e são contabilizados na rubrica “Instrumentos de dívida” e na rubrica “derivativos” na demonstração do resultado.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**k. Resultado de outros instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo**

O resultado de outros instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo refere-se a derivativos não qualificados mantidos para objetivos de gerenciamento de risco e a ativos e passivos financeiros designados ao valor justo, e inclui todas as alterações realizadas e não realizadas no valor justo, juros, dividendos e diferenças cambiais sobre estes instrumentos financeiros.

**I. Dividendos**

As receitas de dividendos são reconhecidas quando o direito do recebimento é estabelecido. Os dividendos são refletidos como um componente do Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação ou do Resultado de outros instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com a classificação do instrumento de capital e são contabilizados na rubrica "Instrumentos de patrimônio" na demonstração do resultado.

**m. Imposto de renda**

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação a exercícios anteriores.

O imposto de renda diferido é incidente sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis dos ativos e passivos e os saldos fiscais para fins de apuração tributária. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social devem ser reconhecidos somente se há expectativa de que serão realizados com a geração de lucros tributáveis estimados. Os créditos tributários são mensurados às taxas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base em leis que estão promulgadas na data de balanço.

Os impostos diferidos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros sejam gerados para sua utilização, e devem ser revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados.

A despesa de imposto de renda compreende os impostos sobre a renda correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Imposto de renda e contribuição social", exceto nos casos em que se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

**n. Instrumentos financeiros ativos e passivos****i. Definições**

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para o Banco e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumento de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros e índice de mercado).

Investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto e coligadas não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis.

**ii. Reconhecimento**

Inicialmente, o Banco reconhece as operações de crédito e adiantamentos, os depósitos, os títulos emitidos e os passivos subordinados na data em que são originados. Todos os demais ativos e passivos financeiros, incluindo aqueles designados a valor justo contra resultado, são inicialmente reconhecidos na data da negociação na qual o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu valor justo, acrescidos (para instrumentos não avaliados subsequentemente a valor justo contra resultado) dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

**iii. Classificação**

Os instrumentos financeiros estão classificados em uma das categorias apresentadas nas práticas contábeis 3(o), (p), (q) e (r).

**iv. Baixa**

Ativos financeiros são baixados quando expiram os direitos contratuais sobre os seus fluxos de caixa, ou quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais são transferidos em uma transação na qual os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são substancialmente transferidos. Qualquer interesse sobre ativos financeiros transferidos criado ou retido pelo Banco, é reconhecido como um ativo ou um passivo em separado.

O Banco efetua a baixa de passivos financeiros quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou expiram.

O Banco realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos são retidos pelo Banco e não são baixados do balanço patrimonial. Transferências de ativos com retenção de todos ou da maioria dos riscos e benefícios incluem, por exemplo, cessão de créditos com coobrigação e operações de venda de títulos com compromisso de recompra.

Nas transações em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e os benefícios de propriedade de um ativo financeiro, é feita a baixa do respectivo ativo quando o Banco deixa de exercer controle sobre este. Em transferências nas quais é retido o controle sobre o ativo, o Banco continua a reconhecer esse ativo na proporção do seu envolvimento, determinado pela duração de suas exposições às mudanças no valor do ativo transferido.

Em certas transações o Banco mantém a obrigação de prestar serviços sobre os ativos financeiros transferidos. Os ativos transferidos neste caso são baixados em sua totalidade se cumprirem os critérios de baixa. Os direitos e as obrigações retidos nas transações de transferência são reconhecidos separadamente como ativos e passivos conforme apropriado.

O Banco realiza a baixa de empréstimos e adiantamentos a clientes e instituições financeiras quando estes estão em atraso a mais de 360 dias.

**v. Aglutinação de ativos e passivos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros podem ser compensados entre si e o valor líquido pode ser apresentado no balanço quando, e somente quando, o Banco possui legalmente o direito de compensar os valores, e tem a intenção de liquidá-los pelo valor líquido ou de realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

**vi. Compras normais de ativos financeiros**

As compras normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de transação. Os ativos são revertidos quando os direitos de receber fluxos de caixa expirarem ou quando o Banco tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

**vii. Mensuração ao custo amortizado**

O custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é o valor no qual o ativo ou passivo financeiro é avaliado quando do seu reconhecimento inicial, menos as amortizações do principal, adicionado ou reduzido da amortização acumulada utilizando-se o método da taxa efetiva de juros de quaisquer diferenças entre o valor inicial reconhecido e o valor de resgate no vencimento, deduzindo-se quaisquer reduções por não-recuperação (*impairment*) ou impossibilidade de cobrança.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. A receita com operações cedidas, com ou sem coobrigação, são reconhecidas no resultado na data em que as cessões são efetuadas.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente.

**viii. Mensuração ao valor justo**

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data de balanço.

Quando disponível, o Banco determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos, quando negativo, como passivos. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros" da demonstração de resultado consolidada.

**ix. Técnicas de avaliação**
**a) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo**

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

	31/3/2013			31/12/2012		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.193.324	706.050	2.899.374	3.080.766	695.319	3.776.085
Ativos financeiros disponíveis para venda	510.389	125.171	635.560	285.663	207.150	492.813
Passivos financeiros para negociação	52.674	57.031	109.705	46.004	54.389	100.393

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 não houve transferências entre os níveis 1 e 2. O Banco não possui nenhum instrumento financeiro classificado como Nível 3.

**b) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo**

De acordo com o IFRS 7 e CPC 40 Instrumentos Financeiros – Divulgações, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros e seu valor justo no final do período.

	31/3/2013		31/12/2012	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa <sup>(i)</sup>	568.586	568.586	432.076	432.076
Instrumentos de dívida <sup>(i)</sup>	3.239.905	3.239.905	3.857.375	3.857.375
Instrumentos de capital <sup>(i)</sup>	1.225	1.225	74.190	74.190
Instrumentos financeiros derivativos <sup>(i)</sup>	293.804	293.804	337.333	337.333
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras <sup>(i)</sup>	333.411	333.411	100.299	100.299
Empréstimos e adiantamentos a clientes <sup>(i)</sup>	4.989.396	4.956.948	4.906.402	4.898.862
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>9.426.327</b>	<b>9.393.879</b>	<b>9.707.675</b>	<b>9.700.135</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Instrumentos financeiros derivativos <sup>(i)</sup>	109.705	109.705	100.393	100.393
Depósitos de instituições financeiras <sup>(iii)</sup>	109.786	109.786	121.000	121.000
Depósitos de clientes <sup>(iii)</sup>	3.186.034	3.411.142	3.395.225	3.595.159
Captações no mercado aberto <sup>(iii)</sup>	1.954.411	1.954.411	1.832.661	1.832.661
Obrigações por títulos e valores mobiliários <sup>(iv)</sup>	854.115	836.504	908.488	891.632
Obrigações por empréstimos e repasses <sup>(iv)</sup>	1.864.481	1.868.618	1.972.066	1.985.137
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros <sup>(iii)</sup>	209	209	334	334
Outros passivos financeiros	58.380	58.380	56.071	56.071
Dívidas subordinadas <sup>(iv)</sup>	335.984	303.206	332.168	312.202
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>8.473.105</b>	<b>8.651.961</b>	<b>8.718.436</b>	<b>8.894.589</b>

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

i) O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, instrumentos de dívida, instrumentos de capital, instrumentos financeiros derivativos e empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras refletem seu valor contábil.

ii) Empréstimos e adiantamentos a clientes são mensurados líquidos da provisão para *impairment*. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.

iii) O valor justo estimado dos depósitos de instituições financeiras, captações no mercado aberto, obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros e outros passivos financeiros refletem seu valor contábil.

iv) O valor justo estimado dos depósitos de clientes e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares. O valor justo dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

**x. Operações compromissadas**

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica "instrumento de dívida".

**xi. Identificação e mensuração de "impairment"**

Em cada data de balanço, o Banco avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não avaliados ao valor justo contra resultado apresentam *impairment*. Os ativos financeiros são considerados como *impairment* quando evidências objetivas demonstram que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que esta perda representa um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo que podem ser estimados de modo confiável.

O Banco considera evidências de *impairment* tanto para ativos específicos como no nível coletivo. Todos os ativos financeiros individualmente significativos são avaliados para se detectar perdas específicas. Todos os ativos significativos que a avaliação indique não serem especificamente deteriorados são avaliados coletivamente para detectar qualquer *impairment* incorrido, porém ainda não identificados. Os ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente para se detectar *impairment* agrupando-se ativos financeiros (contabilizados a custo amortizado) com características de risco similares.

As evidências objetivas de que os ativos financeiros (incluindo instrumentos de capital) possuem *impairment* podem incluir inadimplência por parte do tomador do financiamento, reestruturação do financiamento ou adiantamento pelo Banco em termos que este não aceitaria em outra situação, indicações de que o tomador do financiamento ou emitente entrará em falência, a não-existência de um mercado ativo para um título, ou outros dados observáveis relativos a um conjunto de ativos, tais como, mudanças adversas no histórico de pagamento de tomadores ou emitentes, ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplências. Em adição, para investimentos em instrumentos de capital, uma perda significativa ou prolongada no seu valor justo abaixo do custo inicial representa uma evidência objetiva de *impairment*.

As perdas por *impairment* de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas levando em consideração a classificação de risco, em especial, para todos os clientes cuja classificação de risco seja igual ou inferior ao nível de risco "D", conforme termos da Resolução nº 2.682 do CMN, assim como o inadimplemento de obrigações vencidas há mais de 90 dias. As perdas são reconhecidas no resultado na conta "perdas com ativos financeiros - *impairment*". Os juros dos ativos continuam sendo reconhecidos enquanto existir a expectativa de recebimento. Quando um evento subsequente causa uma redução no valor de uma perda por *impairment* anteriormente reconhecida, esta é revertida contra o resultado do período.

As perdas por *impairment* com ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período. Quando um evento subsequente reduz o valor da perda por *impairment* anteriormente reconhecida em ativos financeiros disponíveis para venda, esta é revertida contra o resultado do período. Entretanto, quaisquer recuperações subsequentes no valor justo de um instrumento financeiro disponível para venda anteriormente ajustado por uma perda por *impairment*, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. As mudanças nas provisões para *impairment* atribuíveis ao valor do tempo são refletidas como componente da receita de juros.

**o. Ativos e passivos mantidos para negociação**

Os ativos e passivos mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo, e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas como parte da receita líquida de negociação no resultado do período. Os ativos e passivos de negociação não são reclassificados após seu reconhecimento inicial.

Os derivativos são classificados nesta subcategoria com exceção dos instrumentos de *hedge*.

**p. Disponíveis para venda**

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados nesta categoria no reconhecimento inicial ou que não são classificados em outras categorias de ativos financeiros.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida no resultado quando o Banco passa a ter direito aos dividendos. As variações cambiais ativas ou passivas sobre investimentos em ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidas no resultado.

Outras mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou uma perda por "*impairment*" seja verificada, quando então o saldo da reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

**q. Mantidos até o vencimento**

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são ativos com pagamentos fixados ou determináveis e vencimento fixado que o Banco tem intenção e capacidade de manter até o vencimento.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Qualquer venda ou reclassificação de um montante significativo de investimentos mantidos até o vencimento não próximos de seu vencimento resultará na reclassificação de todos os ativos financeiros "mantidos até o vencimento" para "disponíveis para venda", e impedirá que o Banco classifique ativos financeiros como "mantidos até o vencimento" no exercício social corrente e nos próximos dois subsequentes.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o Banco não possuía operações classificadas como mantidas até o vencimento.

**r. Empréstimos e recebíveis**

Operações de crédito e adiantamentos são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, e que o Banco não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

As operações de crédito e adiantamentos são mensuradas inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à operação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**s. Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos**

Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos incluem todos derivativos ativos e passivos que não são classificados como mantidos para a negociação. Esses derivativos são mensurados a valor justo.

Toda parcela de inefetividade é reconhecida no resultado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

**Hedge de fluxo de caixa**

Quando um derivativo é designado como um *hedge* das variações nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido que poderá afetar o resultado, a proporção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. O valor reconhecido no patrimônio líquido é subtraído e transferido para o resultado no mesmo período do item objeto de *hedge*. Qualquer parcela inefetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2012 não havia operações com *hedge* de fluxo de caixa.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de *hedge* de fluxo de caixa, ou sua designação é revogada, a contabilização como *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o valor reconhecido no patrimônio líquido permanece registrado até que a transação prevista tenha impacto no resultado. Caso a transação prevista não seja mais provável de ocorrência, a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o saldo registrado no patrimônio líquido é subtraído e transferido imediatamente para o resultado do período.

**t. Ativos não circulantes mantidos para venda**

Ativos não circulantes mantidos para venda incluem o valor contábil de imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades consolidadas em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano. Ativos não circulantes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não circulantes mantidos para venda não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

**u. Ativos tangíveis**

Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

**i. Reconhecimento e mensuração**

Os ativos tangíveis são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e perdas por *impairment*.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos tangíveis construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Softwares adquiridos integrados à funcionalidade de um ativo tangível são registrados como parte do ativo tangível.

Quando os principais componentes de um ativo tangível possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do ativo tangível.

**ii. Depreciação**

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo tangível.

As vidas úteis estimadas dos ativos tangíveis para os exercícios atual e comparativo são:

Veículos	5 anos
Sistemas de computação	5 anos
Aeronave	10 anos
Outros bens	10 anos

**v. Ativos intangíveis**

O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

**i. Licença de uso de sistemas - software**

De acordo com o IFRS (IAS 38), os gastos com softwares adquiridos e desenvolvidos são classificados em três etapas distintas: 1. Etapa Preliminar do Projeto (despesa); 2. Etapa de Implantação do Projeto (capitalizar) e 3. Etapa Pós-implantação do Projeto (despesa).

Os *softwares* adquiridos pelo Banco são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por *impairment*.

A despesa de desenvolvimento interno de *software* é reconhecida como ativo quando o Banco consegue demonstrar sua intenção e sua capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização do *software* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são amortizados durante sua vida útil estimada. Os *softwares* desenvolvidos internamente são registrados pelos seus custos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e de perdas por *impairment*.

Despesas subseqüentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

**ii. Amortização**

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A vida útil estimada dos ativos intangíveis para os exercícios atual e comparativo são:

<i>Softwares</i>	5 anos
------------------	--------

**iii. Outros intangíveis**

Os demais ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos pelo Banco são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por *impairment*.

As amortizações são reconhecidas no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada dos ativos.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**x. Outros ativos**

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e o valor de quaisquer outros valores e bens não considerados como ativo financeiro.

**y. Outros passivos**

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida de adiantamentos e o valor de quaisquer outras obrigações não consideradas como passivo financeiro.

**z. Impairment de ativos não-financeiros**

De acordo com o IFRS (IAS 36), o *impairment* de ativos não financeiros tem como base o valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa que é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Em linhas gerais, o teste de *impairment* para o IFRS é efetuado com base no "*recoverable amount*", que é o maior valor entre o valor justo (-) o custo para vender ou o valor em uso que representa o fluxo de caixa esperado pelo uso contínuo do ativo descontado ao valor presente.

**aa. Depósitos, títulos emitidos, dívidas subordinadas, empréstimos e repasses e captações no mercado aberto**

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são as fontes do Banco para financiamento de suas operações.

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que o Banco designou os passivos a valor justo contra resultado.

Quando o Banco vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de recompra do ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura ("venda com compromisso de recompra" ou "empréstimo de títulos"), o contrato é contabilizado como captações no mercado aberto e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações contábeis do Banco.

**ab. Provisões**

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Banco tem uma obrigação presente, que pode ser estimada de modo confiável, e seja provável uma saída de benefícios econômicos para sua liquidação.

**ac. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com o IAS 37, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas, quando é provável uma saída de recurso para liquidar tais perdas. A determinação da provisão necessária para esses processos é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas os processos para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;
- Passivo contingente: é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Banco ou uma obrigação presente não reconhecida porque não é provável uma saída de recurso. Tais contingências, quando avaliadas como possível pelos assessores jurídicos, são divulgadas.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

**ad. Garantias financeiras**

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade etc.

O Banco reconhece o valor presente de taxas, comissões e juros a receber das garantias financeiras prestadas na rubrica "Outros Passivos Financeiros".

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação e outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre empréstimos e adiantamentos mensurados ao custo amortizado.

As provisões constituídas para essas operações são reconhecidas sob a rubrica "Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões" no balanço patrimonial consolidado. Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 não foram constituídas provisões para essas operações.

**ae. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Banco no final do período, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

**af. Capital acionário e reservas**

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são deduzidos da mensuração inicial dos respectivos instrumentos de capital emitidos.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**ag. Ações em tesouraria**

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada em conta específica do patrimônio líquido. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra conta de Reservas no patrimônio líquido, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

**ah. Lucro por ação**

O Banco apresenta informações sobre o lucro por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais segregadas por classe. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O lucro por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias e preferenciais com potencial diluição.

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição em 31 de março de 2013.

**ai. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa**

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa.

Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.

Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e ativos tangíveis.

Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

**4.SEGMENTOS OPERACIONAIS**

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

. Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

. Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

. Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e Pine Securities, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica.

O Banco é composto pelos seguintes segmentos operacionais reportáveis:

**Empresas**

O segmento empresas possui um amplo leque de produtos, que inclui diversas modalidades de operações de crédito e repasses (capital de giro, repasses do BNDES, Trade Finance, entre outros), tanto em moeda local como em moeda estrangeira; assessoria financeira e estratégica; produtos de tesouraria para o cliente; e investimentos.

O Banco possui uma ampla rede de relacionamento com empresas dos mais diversos setores, como Açúcar e Alcool, Infra-Estrutura, Energia Elétrica e Renovável, Construção Civil, entre outros.

**Varejo**

O Banco cessou a originação de crédito consignado desde o final de 2007 reduzindo substancialmente o volume de sua carteira, trimestre a trimestre.

Ainda incorrem despesas relacionadas ao negócio de crédito consignado, que ocorrerão até o vencimento das operações de crédito consignado cedidas com coobrigação. As principais despesas são relacionadas a pré-pagamento, provisão para créditos de liquidação duvidosa e seguro prestamista.

As demonstrações do resultado e outros dados significativos são os seguintes:

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

	31/3/2013		
	Empresas	Varejo	Total
Receitas com juros e similares	140.266	910	141.176
Despesas com juros e similares	(115.949)	(422)	(116.371)
<b>RECEITA LÍQUIDA COM JUROS</b>	<b>24.317</b>	<b>488</b>	<b>24.805</b>
<b>Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)</b>	<b>91.088</b>	<b>-</b>	<b>91.088</b>
<b>Ativos e Passivos financeiros para negociação</b>	<b>87.028</b>	<b>-</b>	<b>87.028</b>
Derivativos	64.057	-	64.057
Instrumentos de dívida	22.971	-	22.971
<b>Variações cambiais (líquidas)</b>	<b>4.060</b>	<b>-</b>	<b>4.060</b>
Receitas de tarifas e comissões	10.049	-	10.049
Despesas de tarifas e comissões	(953)	(682)	(1.635)
<b>TOTAL DE RECEITAS</b>	<b>124.501</b>	<b>(194)</b>	<b>124.307</b>
<b>Despesas administrativas</b>	<b>(50.032)</b>	<b>(2.955)</b>	<b>(52.987)</b>
Despesas com pessoal	(28.129)	(1.788)	(29.917)
Despesas tributárias	(3.541)	-	(3.541)
Outras despesas administrativas	(18.362)	(1.167)	(19.529)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.110	71	1.181
Depreciações e amortizações	(1.434)	(91)	(1.525)
Provisões (líquidas)	1.854	138	1.992
<b>Perdas com ativos financeiros (líquidas)</b>	<b>(7.825)</b>	<b>(777)</b>	<b>(8.602)</b>
Empréstimos e recebíveis	(9.379)	(777)	(10.156)
Instrumentos de dívida	1.554	-	1.554
Resultado na alienação de ativos não recorrentes para venda	1.249	-	1.249
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>	<b>69.423</b>	<b>(3.808)</b>	<b>65.615</b>
Imposto de renda	(20.541)	1.127	(19.414)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO CONSOLIDADO DO PERÍODO</b>	<b>48.882</b>	<b>(2.681)</b>	<b>46.201</b>
<b>Outros:</b>			
Total em ativos	10.026.970	68.304	10.095.274
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4.933.476	23.472	4.956.948
Total em passivos	8.811.818	745	8.812.563
Depósitos de clientes	3.411.142	-	3.411.142

	31/03/2012		
	Empresas	Varejo	Total
Receitas com juros e similares	204.208	3.413	207.621
Despesas com juros e similares	(140.100)	(585)	(140.685)
<b>RECEITA LÍQUIDA COM JUROS</b>	<b>64.108</b>	<b>2.828</b>	<b>66.936</b>
<b>Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)</b>	<b>66.158</b>	<b>-</b>	<b>66.158</b>
<b>Ativos e Passivos financeiros para negociação</b>	<b>50.353</b>	<b>-</b>	<b>50.353</b>
Derivativos	7.626	-	7.626
Instrumentos de dívida	42.727	-	42.727
<b>Variações cambiais (líquidas)</b>	<b>15.805</b>	<b>-</b>	<b>15.805</b>
Receitas de tarifas e comissões	23.513	-	23.513
Despesas de tarifas e comissões	(770)	(536)	(1.306)
<b>TOTAL DE RECEITAS</b>	<b>153.009</b>	<b>2.292</b>	<b>155.301</b>
<b>Despesas administrativas</b>	<b>(54.830)</b>	<b>(2.437)</b>	<b>(57.267)</b>
Despesas com pessoal	(34.171)	(1.643)	(35.814)
Despesas tributárias	(4.150)	-	(4.150)
Outras despesas administrativas	(16.509)	(794)	(17.303)
Outras receitas (despesas) operacionais	(37.885)	326	(37.559)
Depreciações e amortizações	(957)	(46)	(1.003)
Provisões (líquidas)	15.717	(112)	15.605
<b>Perdas com ativos financeiros (líquidas)</b>	<b>8.135</b>	<b>(2.138)</b>	<b>5.997</b>
Empréstimos e recebíveis	8.135	(2.138)	5.997
Resultado na alienação de ativos não recorrentes para venda	3.476	-	3.476
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>	<b>86.665</b>	<b>(2.115)</b>	<b>84.550</b>
Imposto de renda	(27.072)	661	(26.411)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO CONSOLIDADO DO PERÍODO</b>	<b>59.593</b>	<b>(1.454)</b>	<b>58.139</b>
<b>Outros:</b>			
Total em ativos	10.135.697	167.470	10.303.167
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5.014.699	98.849	5.113.548
Total em passivos	8.606.393	645.064	9.251.457
Depósitos de clientes	3.651.584	-	3.651.584

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/3/2013	31/12/2012
Disponibilidades (Caixa)	211.612	127.788
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras <sup>(1)</sup>	356.974	304.288
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>568.586</b>	<b>432.076</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**6. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

Os empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, estão compostos como segue:

	31/3/2013	31/12/2012
<b>Classificação:</b>		
Empréstimos e recebíveis	333.411	100.299
<b>Total</b>	<b>333.411</b>	<b>100.299</b>
<b>Tipo:</b>		
Aplicação em depósitos interfinanceiros	333.411	100.299
<b>Total</b>	<b>333.411</b>	<b>100.299</b>

**7. INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E CAPITAL**

Os instrumentos de dívida, em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, estão compostos como segue:

	31/03/2013			31/12/2012		
	Valor justo	Valor de curva	Ajuste de MTM	Valor justo	Valor de curva	Ajuste de MTM
<b>Classificação:</b>						
Ativos financeiros para negociação	2.605.570	2.593.430	12.140	3.438.752	3.404.143	34.609
Ativos financeiros disponíveis para venda	635.560	648.937	(13.377)	492.813	481.129	11.684
<b>Total</b>	<b>3.241.130</b>	<b>3.242.367</b>	<b>(1.237)</b>	<b>3.931.565</b>	<b>3.885.272</b>	<b>46.293</b>

Papel/Vencimento	Valores atualizados pelo mercado					Total	31/3/2013
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda:</b>							
<b>Carteira própria:</b>							
LTN	-	-	-	190.695	-	190.695	190.859
NTN	-	-	-	-	171.423	171.423	176.267
Nota promissória	42.070	-	-	-	-	42.070	42.066
Debêntures	-	-	-	-	65.157	65.157	68.532
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	17.944	-	17.944	17.781
<b>Subtotal</b>	<b>42.070</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>208.639</b>	<b>236.580</b>	<b>487.289</b>	<b>495.505</b>
<b>Vinculados a compromissos de recompra:</b>							
NTN	-	-	-	-	148.271	148.271	153.432
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>148.271</b>	<b>148.271</b>	<b>153.432</b>
<b>Total de ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>42.070</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>208.639</b>	<b>384.851</b>	<b>635.560</b>	<b>648.937</b>
<b>Ativos financeiros para negociação <sup>(1)</sup>:</b>							
<b>Carteira própria:</b>							
LTN	-	329.854	-	1.678	21.181	352.713	352.612
NTN	-	-	-	8.041	63.332	71.373	69.930
Debêntures <sup>(2)</sup>	-	-	97.241	-	231.175	328.416	327.859
CCB	-	-	-	5.395	-	5.395	5.395
Notas promissórias	-	103.675	-	-	-	103.675	103.675
Eurobond	-	298	-	-	24.752	25.050	24.993
Cotas de fundos de investimento	1.225	-	-	-	-	1.225	1.225
<b>Subtotal</b>	<b>1.225</b>	<b>433.827</b>	<b>97.241</b>	<b>15.114</b>	<b>340.440</b>	<b>887.847</b>	<b>885.689</b>
<b>Vinculados a compromissos de recompra:</b>							
LTN	-	1.296.114	-	-	-	1.296.114	1.291.284
NTN	-	219.373	-	-	-	219.373	217.007
Debêntures	-	62.023	-	-	-	62.023	59.511
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>1.577.510</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.577.510</b>	<b>1.567.802</b>
<b>Vinculados à prestação de garantias:</b>							
LTN	-	140.213	-	-	-	140.213	139.939
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>140.213</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>140.213</b>	<b>139.939</b>
<b>Total de ativos financeiros para negociação</b>	<b>1.225</b>	<b>2.151.550</b>	<b>97.241</b>	<b>15.114</b>	<b>340.440</b>	<b>2.605.570</b>	<b>2.593.430</b>
<b>Total</b>	<b>43.295</b>	<b>2.151.550</b>	<b>97.241</b>	<b>223.753</b>	<b>725.291</b>	<b>3.241.130</b>	<b>3.242.367</b>

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Papel/Vencimento	Valores atualizados pelo mercado					Total	Valor de curva
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda:</b>							
<b>Carteira própria:</b>							
NTN	-	-	-	-	150.403	150.403	150.694
Nota promissória	-	-	61.070	-	-	61.070	61.362
Eurobond	-	-	-	-	2.123	2.123	2.109
Cotas de fundos de investimento	74.190	-	-	-	-	74.190	74.190
Debêntures	-	-	-	-	188.051	188.051	175.524
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	16.976	16.976	17.250
<b>Subtotal</b>	<b>74.190</b>	<b>-</b>	<b>61.070</b>	<b>-</b>	<b>357.553</b>	<b>492.813</b>	<b>481.129</b>
<b>Total de ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>74.190</b>	<b>-</b>	<b>61.070</b>	<b>-</b>	<b>357.553</b>	<b>492.813</b>	<b>481.129</b>
<b>Ativos financeiros para negociação <sup>(1)</sup>:</b>							
<b>Carteira própria:</b>							
LTN	-	599.836	30.067	12.813	194.053	836.769	831.261
NTN	-	209.704	-	-	144.427	354.131	345.710
Debêntures <sup>(2)</sup>	-	-	4.018	91.190	226.373	321.581	321.400
CCB	-	-	-	7.705	-	7.705	7.705
Notas promissórias	-	-	101.124	-	-	101.124	101.124
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>809.540</b>	<b>135.209</b>	<b>111.708</b>	<b>564.853</b>	<b>1.621.310</b>	<b>1.607.200</b>
<b>Vinculados a compromissos de recompra:</b>							
LTN	-	1.680.794	-	-	-	1.680.794	1.663.090
Debêntures	-	65.528	-	-	-	65.528	63.016
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>1.746.322</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.746.322</b>	<b>1.726.106</b>
<b>Vinculados à prestação de garantias:</b>							
LTN	-	71.120	-	-	-	71.120	70.837
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>71.120</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>71.120</b>	<b>70.837</b>
<b>Total de ativos financeiros para negociação</b>	<b>-</b>	<b>2.626.982</b>	<b>135.209</b>	<b>111.708</b>	<b>564.853</b>	<b>3.438.752</b>	<b>3.404.143</b>
<b>Total</b>	<b>74.190</b>	<b>2.626.982</b>	<b>196.279</b>	<b>111.708</b>	<b>922.406</b>	<b>3.931.565</b>	<b>3.885.272</b>

<sup>(1)</sup> Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados pelo prazo do papel.

<sup>(2)</sup> Em 31 de dezembro de 2012 foi constituída provisão para desvalorização de debêntures no valor de R\$1.554.

**8. DERIVATIVOS PARA NEGOCIAÇÃO (ATIVO E PASSIVO)**
**a) Política de utilização**

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado dos seus balanços, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Desta forma, o Pine oferece alternativas aos seus clientes de mitigação de riscos de mercado, através de instrumentos adequados, bem como para atender às suas próprias necessidades no gerenciamento destes riscos.

**b) Gerenciamento**

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de Estresse. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela Administração. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de estresse.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na BM&FBovespa ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swaps com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são considerados baixos em relação ao total da instituição.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Banco vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

**c) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado**

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Banco utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela BM&FBovespa, Intercontinental Exchange - ICE e Bloomberg. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**d) Posição dos instrumentos financeiros derivativos de negociação e hedge:**

	31/03/2013		31/12/2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Derivativos para negociação</b>				
<b>"Swap"</b>				
<b>Risco de mercado</b>	<b>204.945</b>	<b>23.271</b>	<b>216.102</b>	<b>37.625</b>
Risco de taxa de juros	126.789	19.795	115.778	22.302
Risco de moeda estrangeira	75.866	3.476	95.927	15.323
Mercadoria	-	-	47	-
Renda variável	2.290	-	4.350	-
<b>Termo de moeda</b>	<b>33.763</b>	<b>34.109</b>	<b>85.122</b>	<b>21.647</b>
Risco de taxa de juros	1.613	15.692	8.034	8.847
Risco de moeda estrangeira	31.770	18.417	73.294	12.767
Mercadoria	380	-	3.794	33
<b>Opções</b>	<b>55.096</b>	<b>52.325</b>	<b>36.109</b>	<b>41.121</b>
Risco de moeda estrangeira	24.642	18.077	10.052	15.858
Mercadoria	30.454	34.248	26.057	25.263
<b>Total de derivativos</b>	<b>293.804</b>	<b>109.705</b>	<b>337.333</b>	<b>100.393</b>

**e) Valores de referência (notional) e valores justos de derivativos de negociação e hedge:**

	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de curva	31/3/2013
				Ganho (perda)
<b>Derivativos para negociação</b>				
<b>"Swap"</b>				
<b>Risco de mercado</b>				
<b>Posição ativa:</b>	<b>2.877.091</b>	<b>3.254.501</b>	<b>3.039.303</b>	<b>215.198</b>
Risco de taxa de juros	2.099.464	2.344.178	2.191.487	152.691
Risco de moeda estrangeira	711.450	840.756	782.049	58.707
Mercadoria	3.312	3.086	3.086	-
Renda variável	62.865	66.481	62.681	3.800
<b>Posição passiva:</b>	<b>2.877.091</b>	<b>3.072.827</b>	<b>2.976.806</b>	<b>96.021</b>
Risco de taxa de juros	2.192.963	2.351.900	2.273.832	78.068
Risco de moeda estrangeira	684.128	720.927	702.974	17.953
<b>Valor líquido</b>		<b>181.674</b>	<b>62.497</b>	<b>119.177</b>
<b>Contratos a termo</b>				
<b>Posição ativa:</b>	<b>2.315.752</b>	<b>2.320.947</b>	<b>2.338.065</b>	<b>(17.118)</b>
Risco de taxa de juros	654.947	652.864	659.645	(6.781)
Risco de moeda estrangeira	1.482.679	1.495.755	1.506.977	(11.222)
Mercadoria	178.126	172.328	171.443	885
<b>Posição passiva:</b>	<b>2.315.752</b>	<b>2.321.293</b>	<b>2.345.164</b>	<b>(23.871)</b>
Risco de taxa de juros	1.041.179	1.053.289	1.072.093	(18.804)
Risco de moeda estrangeira	1.161.837	1.165.818	1.171.841	(6.023)
Mercadoria	112.736	102.186	101.230	956
<b>Valor líquido</b>		<b>(346)</b>	<b>(7.099)</b>	<b>6.753</b>
<b>Opções</b>				
<b>Prêmios de opções a exercer:</b>	<b>1.764.377</b>	<b>55.096</b>	<b>59.444</b>	<b>(4.348)</b>
Risco de moeda estrangeira	1.073.310	24.642	28.337	(3.695)
Mercadoria	691.067	30.454	31.107	(653)
<b>Prêmios de opções lançadas:</b>	<b>1.728.946</b>	<b>52.325</b>	<b>61.370</b>	<b>(9.045)</b>
Risco de moeda estrangeira	832.648	18.077	18.348	(271)
Mercadoria	896.298	34.248	43.022	(8.774)
<b>Valor líquido</b>		<b>2.771</b>	<b>(1.926)</b>	<b>(4.697)</b>
<b>Futuros</b>				
<b>Compra</b>	<b>1.742.169</b>	-	-	<b>2.601</b>
Risco de taxa de juros	809.001	-	-	(919)
Risco de moeda estrangeira	829.589	-	-	3.520
Mercadoria	103.579	-	-	-
<b>Venda</b>	<b>2.699.949</b>	-	-	<b>(5.404)</b>
Risco de taxa de juros	2.413.563	-	-	(4.901)
Risco de moeda estrangeira	115.656	-	-	(502)
Mercadoria	170.730	-	-	(1)
<b>Valor líquido</b>		-	-	<b>(2.803)</b>
<b>Total a receber (pagar) e ganho (perda) de derivativos</b>		<b>184.099</b>	<b>53.472</b>	<b>118.430</b>

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

				31/12/2012
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de curva	Ganho (perda)
<b>Derivativos para negociação</b>				
<b>"Swap"</b>				
<b>Risco de mercado</b>				
<b>Posição ativa:</b>	<b>2.794.342</b>	<b>3.207.127</b>	<b>3.020.976</b>	<b>186.151</b>
Risco de taxa de juros	2.067.246	2.312.680	2.202.483	110.197
Risco de moeda estrangeira	644.261	805.350	731.310	74.040
Mercadoria	19.028	19.011	18.970	41
Renda variável	63.807	70.086	68.213	1.873
<b>Posição passiva:</b>	<b>2.794.342</b>	<b>3.028.650</b>	<b>2.915.600</b>	<b>113.050</b>
Risco de taxa de juros	1.919.358	2.110.067	2.018.062	92.005
Risco de moeda estrangeira	874.984	918.583	897.538	21.045
<b>Valor líquido</b>		<b>178.477</b>	<b>105.376</b>	<b>73.101</b>
<b>Contratos a termo</b>				
<b>Posição ativa:</b>	<b>2.579.250</b>	<b>2.634.263</b>	<b>2.648.976</b>	<b>(14.713)</b>
Risco de taxa de juros	554.932	554.085	558.167	(4.082)
Risco de moeda estrangeira	1.874.582	1.927.728	1.938.929	(11.201)
Mercadoria	149.736	152.450	151.880	570
<b>Posição passiva:</b>	<b>2.579.250</b>	<b>2.570.788</b>	<b>2.593.764</b>	<b>(22.976)</b>
Risco de taxa de juros	1.375.129	1.388.212	1.406.871	(18.659)
Risco de moeda estrangeira	998.478	997.204	1.002.419	(5.215)
Mercadoria	205.643	185.372	184.474	898
<b>Valor líquido</b>		<b>63.475</b>	<b>55.212</b>	<b>8.263</b>
<b>Opções</b>				
<b>Prêmios de opções a exercer:</b>	<b>1.200.312</b>	<b>36.109</b>	<b>36.260</b>	<b>(151)</b>
Risco de moeda estrangeira	661.386	10.052	14.977	(4.924)
Mercadoria	538.926	26.057	21.284	4.773
<b>Prêmios de opções lançadas:</b>	<b>1.842.841</b>	<b>41.121</b>	<b>48.072</b>	<b>(6.951)</b>
Risco de moeda estrangeira	1.160.633	15.859	19.084	(3.226)
Mercadoria	682.208	25.263	28.988	(3.725)
<b>Valor líquido</b>		<b>(5.012)</b>	<b>(11.812)</b>	<b>6.800</b>
<b>Futuros</b>				
<b>Compra</b>	<b>1.985.824</b>	-	-	<b>(3.295)</b>
Risco de taxa de juros	1.063.206	-	-	(167)
Risco de moeda estrangeira	840.567	-	-	(3.128)
Mercadoria	82.051	-	-	-
<b>Venda</b>	<b>2.563.454</b>	-	-	<b>5.997</b>
Risco de taxa de juros	2.424.256	-	-	5.832
Risco de moeda estrangeira	48.362	-	-	171
Mercadoria	90.836	-	-	(6)
<b>Valor líquido</b>		-	-	<b>2.702</b>
<b>Total a receber (pagar) e ganho (perda) de derivativos</b>		<b>236.940</b>	<b>148.776</b>	<b>90.866</b>

							31/3/2013
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
<b>Posição ativa:</b>							
"Swap"	115.293	70.400	82.010	342.681	521.219	2.122.898	3.254.501
Termo de moeda	730.375	281.977	152.059	459.910	411.832	284.794	2.320.947
Opções	21.852	784	8.442	13.154	10.864	-	55.096
Futuros	394.124	398.160	95.650	93.756	163.105	597.374	1.742.169
<b>Posição passiva:</b>							
"Swap"	110.259	67.814	81.724	336.437	509.852	1.966.741	3.072.827
Termo de moeda	721.643	281.976	157.628	462.965	410.454	286.627	2.321.293
Opções	10.490	2.122	6.102	16.944	16.667	-	52.325
Futuros	385.143	99.793	107.876	883.945	518.418	704.774	2.699.949

							31/12/2012
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
<b>Posição ativa:</b>							
"Swap"	416.506	61.832	37.590	371.916	244.977	2.074.306	3.207.127
Termo de moeda	528.921	542.766	251.175	628.976	424.161	258.264	2.634.263
Opções	4.427	10.252	-	15.600	5.830	-	36.109
Futuros	253.621	863.967	-	63.513	271.637	533.086	1.985.824
<b>Posição passiva:</b>							
"Swap"	398.096	59.832	36.677	359.265	233.501	1.941.279	3.028.650
Termo de moeda	525.369	533.868	243.298	597.121	413.609	257.523	2.570.788
Opções	4.954	13.745	206	14.706	7.510	-	41.121
Futuros	89.151	100.009	2.361	352.469	949.454	1.070.010	2.563.454

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**f) Hedge Accounting**

Em 31 de março de 2012, existiam instrumentos financeiros derivativos utilizados como "hedge" de fluxo de caixa, representados por operações de "swap" cujo valor de mercado totalizava R\$436.278 e os itens objetos de "hedge", dívidas subordinadas e títulos e valores mobiliários emitidos no exterior, cujo saldos ajustados a valor de mercado totalizavam em R\$359.530. Os ajustes ao valor de mercado foram registrados em conta específica do patrimônio líquido. No segundo trimestre de 2012 o Banco decidiu pela descontinuidade do "hedge" contábil acima mencionado, e como previsto no CPC 38 (IAS 39) o ganho ou a perda cumulativo resultante do instrumento de hedge que se mantém reconhecido como resultados abrangentes desde o período em que o hedge estava em vigor deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido, sendo diferido até o vencimento do objeto do hedge. O valor represado no patrimônio líquido em 31 de março de 2013 é de R\$3.671 positivo, líquido dos efeitos tributários.

**9. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO**
**a) Composição**

	31/03/2013	31/12/2012
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	4.956.948	4.898.862
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	5.075.946	5.012.596
Provisão para perdas por não recuperação ("impairment")	(118.998)	(113.734)
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos</b>	<b>4.956.948</b>	<b>4.898.862</b>
<b>Títulos com risco de crédito</b>		
Títulos com risco de crédito para negociação	524.559	497.492
Títulos com risco de crédito disponíveis para venda	125.171	268.220
Títulos com risco de crédito ao custo amortizado	30.259	30.767
Provisão para perdas por não recuperação ("impairment")	-	(1.554)
<b>Títulos com risco de crédito, líquidos</b>	<b>679.989</b>	<b>794.925</b>
<b>Garantias prestadas e responsabilidades</b>	<b>2.620.905</b>	<b>2.123.110</b>
<b>Total carteira expandida, líquida de impairment</b>	<b>8.257.842</b>	<b>7.816.897</b>
<b>Total carteira expandida</b>	<b>8.376.840</b>	<b>7.932.185</b>

**b) Tipo de crédito**

	31/03/2013	31/12/2012
Capital de giro	2.417.753	2.319.158
Conta corrente garantida	18.724	12.086
Repasses do BNDES/Finame	826.397	852.643
Crédito consignado	25.962	36.399
Financiamento em moeda estrangeira	230.397	280.156
Financiamentos a exportação	861.455	798.784
CDC veículos	87	229
Compror	-	18.407
Devedores por compra de valores e bens	116.937	114.120
Títulos de crédito a receber	96.879	89.075
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber	481.355	491.539
<b>Total</b>	<b>5.075.946</b>	<b>5.012.596</b>
Créditos abertos para importação	120.446	8.814
Garantias prestadas	2.500.459	2.114.296
<b>Garantias prestadas e responsabilidades</b>	<b>2.620.905</b>	<b>2.123.110</b>
Títulos de crédito a receber <sup>(1)</sup>	30.259	30.767
Instrumentos de dívida privados <sup>(2)</sup>	649.730	765.712
<b>Títulos com risco de crédito</b>	<b>679.989</b>	<b>796.479</b>
<b>Total carteira expandida</b>	<b>8.376.840</b>	<b>7.932.185</b>

<sup>(1)</sup> Registrados em "outros ativos" (nota 12).

<sup>(2)</sup> Representados, na sua maioria, por debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis, compostos na carteira de Instrumentos de dívida do Banco (nota 7).

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**c) Por ramo de atividade:**

	31/3/2013	31/12/2012
Açúcar e Alcool	1.215.860	1.140.962
Energia Elétrica e Renovável	1.013.354	1.039.048
Construção Civil	952.561	925.388
Agricultura	630.669	689.671
Construção e Engenharia - Infra Estrutura	569.768	523.777
Transportes e Logística	383.079	395.830
Serviços Especializados	509.326	365.897
Meturgia	331.578	350.883
Comércio Exterior	341.863	332.186
Alimentos	213.608	246.208
Veículos e Peças	272.211	242.934
Mineração	192.787	192.512
Química e Petroquímica	205.939	158.890
Telecomunicações	223.862	156.508
Instituição Financeira	143.385	155.766
Materiais de Construção e Decoração	152.364	148.696
Processamento de Carne	169.522	130.581
Papel e Celulose	64.958	111.674
Siderurgia	97.099	95.467
Bebidas e Fumo	286.975	94.262
Tecnologia da Informação	36.912	62.537
Pessoa Física	49.585	53.481
Comércio Varejista	61.341	51.299
Têxtil e Vestuário	49.558	45.039
Água e Saneamento	34.279	42.901
Plásticos e Borracha	36.042	42.721
Serviços Médicos	38.923	39.224
Farmacêutica e Cosméticos	20.586	23.757
Comunicação e Gráfica	20.445	20.668
Eletroeletrônica	14.346	15.604
Mecânica	23.327	19.912
Comércio Atacadista	15.736	11.415
Couro e Calçados	4.992	6.487
<b>Total de carteira expandida</b>	<b>8.376.840</b>	<b>7.932.185</b>

**d) Por Setor**

	31/3/2013	31/12/2012
Rural	124.043	107.391
Habitação	31.289	27.811
Indústria	1.403.383	1.382.815
Comércio	202.354	188.500
Intermediação financeira	131.609	99.188
Outros serviços	6.257.232	5.925.167
Pessoas físicas	226.930	201.313
<b>Total de carteira expandida</b>	<b>8.376.840</b>	<b>7.932.185</b>

**e) Ativos não recuperáveis - "Impairment"**

	31/3/2013	31/12/2012
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes</b>		
<b>Operações com evidência de impairment - individualmente significativos</b>		
Saldo bruto	245.289	247.962
Provisão para impairment	(100.162)	(94.072)
<b>Saldo contábil</b>	<b>145.127</b>	<b>153.890</b>
<b>Operações com análise de impairment - Massificado</b>		
Saldo bruto	4.810.837	4.735.716
Provisão para impairment	(16.469)	(16.171)
<b>Saldo contábil</b>	<b>4.794.368</b>	<b>4.719.545</b>
<b>Operações com análise de impairment coletivo - Varejo</b>		
Saldo bruto	19.820	28.918
Provisão para impairment	(2.367)	(3.491)
<b>Saldo contábil</b>	<b>17.453</b>	<b>25.427</b>
<b>Títulos com risco de crédito</b>		
<b>Operações com evidência de impairment - individualmente significativos</b>		
Saldo bruto	679.989	796.479
Provisão para impairment	-	(1.554)
<b>Saldo contábil</b>	<b>679.989</b>	<b>794.925</b>
<b>Total líquido de impairment</b>	<b>5.636.937</b>	<b>5.693.787</b>
<b>Total bruto</b>	<b>5.755.935</b>	<b>5.809.075</b>

Os juros apropriados e não pagos das operações evidenciadas com impairment foram estornados da carteira no montante de R\$8.819 (R\$8.089 em 31 de dezembro de 2012).

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**f) Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como "Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e adiantamentos a clientes" e considerados como não recuperáveis devido a risco de crédito são os seguintes:**

	31/3/2013	31/3/2012
<b>Saldo inicial</b>	<b>115.288</b>	<b>129.196</b>
Adições/reversões líquidas	8.602	(5.997)
Ativos baixados	(4.851)	(2.565)
Variação cambial	(41)	100
<b>Saldo final</b>	<b>118.998</b>	<b>120.734</b>

**g) Cessões de crédito**

No período findo em 31 março de 2013, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação no montante de R\$5.559 para empresas não ligadas ao Banco (R\$55.490 em 31 de março de 2012). Essas cessões resultaram em prejuízo em relação ao valor de face no valor de R\$5.509 (R\$38.779 no trimestre findo em 31 de março de 2012), não descontado a provisão para devedores duvidosos no valor de R\$5.559 (R\$30.971 no trimestre findo em 31 de março de 2012). Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica "Outras despesas operacionais". Adicionalmente, foram cedidos contratos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$523. Essas cessões geraram um ganho no valor de R\$50, registrados na rubrica "Receita com juros e similares". No trimestre findo em 31 de março de 2012, não houveram cessões em contratos baixados como prejuízo.

**h) Recuperação de crédito**

No período findo em 31 de março de 2013, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$3.079 (R\$1.206 em 31 de março de 2012).

**i) Renegociação de contratos**

Em 31 de março de 2013 existiam contratos renegociados no valor de R\$127.718 (R\$130.152 em 31 de dezembro de 2012). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

**10. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA**

	31/3/2013	31/12/2012
Bens Não de Uso	180.213	176.279
<b>Total</b>	<b>180.213</b>	<b>176.279</b>

**11. DEVEDORES POR DEPÓSITO EM GARANTIA**

Em 31 de março de 2013, referem-se a depósitos por interposição fiscal, representados basicamente por depósitos sobre impostos da PIS e Cofins no valor de R\$201.901 (R\$199.189 em 31 de dezembro de 2012).

**12. OUTROS ATIVOS**

	31/3/2013	31/12/2012
Reservas no Banco Central do Brasil	744	1.426
Adiantamentos	5.664	5.209
Títulos de crédito a receber	30.259	30.767
Comissões sobre avais e fianças	49.154	46.295
Transações em andamento <sup>(1)</sup>	48.422	(1.977)
Outros recebíveis	12.751	13.136
<b>Total</b>	<b>146.994</b>	<b>94.856</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se a liquidação de compra e venda de contratos de câmbio.

**13. IMOBILIZADO DE USO**

Os detalhes, por categoria de ativo, dos imobilizados de uso nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	31/3/2013		
	Custo	acumulada	Saldo líquido
Instalações	10.546	(9.407)	1.139
Móveis e equipamentos de uso	3.138	(1.519)	1.619
Sistema de comunicação	1.429	(766)	663
Sistemas de processamento de dados	1.135	(875)	260
Sistemas de segurança	32	(20)	12
Sistemas de transporte	26.066	(1.920)	24.146
<b>Saldos em 31 de março de 2013</b>	<b>42.346</b>	<b>(14.507)</b>	<b>27.839</b>

	31/12/2012		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Instalações	10.690	(8.932)	1.758
Móveis e equipamentos de uso	2.962	(1.459)	1.503
Sistema de comunicação	1.428	(739)	689
Sistemas de processamento de dados	921	(849)	72
Sistemas de segurança	31	(19)	12
Sistemas de transporte	26.267	(1.333)	24.934
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>42.299</b>	<b>(13.331)</b>	<b>28.968</b>

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

As variações na rubrica "Imobilizado de uso" nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	31/3/2013	31/12/2012
<b>Custo:</b>		
Saldo inicial	42.299	18.946
Adições	423	26.210
Baixas	(376)	(2.857)
<b>Saldo final</b>	<b>42.346</b>	<b>42.299</b>
<b>Depreciação acumulada:</b>		
Saldo inicial	(13.331)	(11.475)
Baixas	129	1.667
Depreciação	(1.305)	(3.523)
<b>Saldo final</b>	<b>(14.507)</b>	<b>(13.331)</b>
<b>Imobilizado de uso líquido</b>	<b>27.839</b>	<b>28.968</b>

**14. ATIVO INTANGÍVEL**

	31/3/2013			31/12/2012		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Licença de uso de sistemas - software	9.512	(7.681)	1.831	9.915	(7.862)	2.053
<b>Total</b>	<b>9.512</b>	<b>(7.681)</b>	<b>1.831</b>	<b>9.915</b>	<b>(7.862)</b>	<b>2.053</b>

As variações na rubrica "Intangível" nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	31/3/2013	31/12/2012
<b>Custo:</b>		
Saldo inicial	9.915	9.537
Adições	-	717
Baixas	(403)	(339)
<b>Saldo final</b>	<b>9.512</b>	<b>9.915</b>
<b>Depreciação acumulada:</b>		
Saldo inicial	(7.862)	(7.062)
Baixas	400	268
Depreciação	(219)	(1.068)
<b>Saldo final</b>	<b>(7.681)</b>	<b>(7.862)</b>
<b>Intangível líquido</b>	<b>1.831</b>	<b>2.053</b>

**15. DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

	31/3/2013	31/12/2012
<b>Classificação:</b>		
Passivo financeiro ao custo amortizado	109.786	121.000
<b>Total</b>	<b>109.786</b>	<b>121.000</b>

**Por vencimento**

	31/3/2013	31/12/2012
Até 30 dias	6.570	32.749
De 31 a 60 dias	4.292	40.128
De 61 a 90 dias	20.787	10.282
De 91 a 180 dias	71.671	1.506
De 181 a 360 dias	1.629	24.266
Acima de 360 dias	4.837	12.069
<b>Total</b>	<b>109.786</b>	<b>121.000</b>

**16. DEPÓSITOS DE CLIENTES**

	31/3/2013	31/12/2012
<b>Classificação:</b>		
Passivo financeiro ao custo amortizado	3.411.142	3.595.159
<b>Total</b>	<b>3.411.142</b>	<b>3.595.159</b>
<b>Tipo:</b>		
Depósitos à vista	126.363	30.054
Depósitos a prazo	2.962.673	3.167.942
Letras de crédito de agronegócio	313.407	385.198
Letras de crédito imobiliário	8.699	11.965
<b>Total</b>	<b>3.411.142</b>	<b>3.595.159</b>

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**Por vencimento**

	31/3/2013	31/12/2012
Sem vencimento	126.363	30.054
Até 30 dias	355.008	444.780
De 31 a 60 dias	302.222	317.543
De 61 a 90 dias	298.804	491.191
De 91 a 180 dias	417.196	487.686
De 181 a 360 dias	557.812	387.564
Acima de 360 dias	1.353.737	1.436.341
<b>Total</b>	<b>3.411.142</b>	<b>3.595.159</b>

**17. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO**

	31/3/2013	31/12/2012
Letras do tesouro nacional - LTN	1.356.188	1.674.484
Notas do tesouro nacional - NTN	537.355	-
Debêntures	60.868	158.177
<b>Total</b>	<b>1.954.411</b>	<b>1.832.661</b>

**18. OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**
**No País**

	31/3/2013	31/12/2012
Letras Financeiras	591.743	574.265
<b>Total</b>	<b>591.743</b>	<b>574.265</b>

**No exterior - Fixed Rates Notes**

"Tranche" original - US\$	Moeda de Emissão	Taxa de juros	Vencimento Final	31/3/2013	31/12/2012
4.091	US\$	2,0% a.a + Libor	Jun/2014	8.267	8.320
8.000	US\$	1,85% a.a + Libor	Nov/2014	16.228	16.347
9.394	US\$	2,20% a.a + Libor	Out/2013	14.071	19.023
1.044	US\$	8,7% a.a + Libor	Jan/2017	2.146	2.226
39.333	US\$	3,0% a.a + Libor	Jan/2014	12.079	81.427
25.000	US\$	4,2% a.a + Libor	Abr/2022	51.120	51.157
73.000	CLP	6,0% a.a + Var.UF	Dez/2017	140.850	138.867
<b>Total</b>				<b>244.761</b>	<b>317.367</b>

**19. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES**

	31/3/2013					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Empréstimos no país - outras instituições <sup>(1)</sup>	-	10.018	92.371	-	-	102.389
Repases do país - instituições oficiais	136.330	146.945	348.573	124.971	102.067	858.886
Operações de repases do exterior	10.165	-	-	-	-	10.165
Operações de empréstimos do exterior	386.651	450.113	-	-	60.414	897.178
<b>Total</b>	<b>533.146</b>	<b>607.076</b>	<b>440.944</b>	<b>124.971</b>	<b>162.481</b>	<b>1.868.618</b>

	31/12/2012					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Empréstimos no país - outras instituições <sup>(1)</sup>	-	-	-	128.426	-	128.426
Repases do país - instituições oficiais	70.958	251.418	330.475	132.022	107.435	892.308
Operações de repases do exterior	-	10.236	-	-	-	10.236
Operações de empréstimos do exterior	389.617	503.245	-	-	61.305	954.167
<b>Total</b>	<b>460.575</b>	<b>764.899</b>	<b>330.475</b>	<b>260.448</b>	<b>168.740</b>	<b>1.985.137</b>

(1) Em 31 de março de 2013, o principal valor refere-se a cotas seniores do FIDC R\$92.371 (R\$118.735 em 31 de dezembro de 2012).

**20. OBRIGAÇÃO POR OPERAÇÕES DE VENDA OU DE TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS**

	31/3/2013		31/12/2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Cessões de crédito - empréstimos	209	209	334	334
<b>Total</b>	<b>209</b>	<b>209</b>	<b>334</b>	<b>334</b>

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 não houve operações cedidas ao FIDC Pine Crédito Privado, entidade consolidada.

**21. DÍVIDA SUBORDINADA**

Os detalhes do saldo da rubrica "Dívidas subordinadas" são os seguintes:

	Emissão	Vencimento	Valor	Taxa de juros	31/3/2013	31/12/2012
"Fixed Rate Notes"						
Letras Financeiras	Pública	6/1/2017	US\$125.000	8,75% a.a	252.669	262.635
	Privada	21/8/2017	R\$45.152	141,45% do CDI	50.537	49.567
<b>Total</b>					<b>303.206</b>	<b>312.202</b>

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**22. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS**

	31/3/2013	31/12/2012
Resultado de exercícios futuros - comissão de fiança	58.380	56.071
<b>Total</b>	<b>58.380</b>	<b>56.071</b>

**23. PROVISÕES**
**a) Provisões para passivos contingentes, riscos fiscais, compromissos e outras provisões:**

	31/3/2013	31/3/2012
Contingências trabalhistas	3.354	7.510
Contingências cíveis	14.653	16.026
Contingências fiscais	43.943	31.766
Provisão FIDC	-	2.197
Provisão para despesas de pessoal	13.470	28.305
<b>Total</b>	<b>75.420</b>	<b>85.804</b>

**b) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais**
**i) Provisão para riscos fiscais**

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

**Pis:** Totalizam R\$33.574 (R\$32.538 em 31 de dezembro de 2012): o Banco e a Pine Investimentos, interpuseram medida judicial com vistas a afastar a redação do artigo 3º, parágrafo 1º, da Lei nº 9.718/98, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em inúmeras decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. O mandado de segurança interposto pelo Banco Pine teve sentença parcialmente procedente e a apelação interposta pela União foi improvida. Aguardando o juízo de admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário Interpostos pela União.

**Cofins:** Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou inconstitucional o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da Cofins, a partir de fevereiro de 1999, ampliando o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da Cofins foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior. O Banco obteve êxito no mandado de segurança impetrado em face da União Federal, através da qual postulou a repetição do indébito por meio de compensação, do valor recolhido indevidamente a título de Cofins.

Em face da decisão de 21 de maio de 2010 que não admitiu os dois recursos extraordinários interpostos pela União Federal, foi interposto agravo de instrumento contra despacho denegatório de recurso extraordinário. Remetido ao Supremo Tribunal Federal, o Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente do Supremo Tribunal Federal determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com fundamento no art. 543-B do Código de Processo Civil, tendo em vista a análise da Repercussão Geral já procedida no RE n.º 585.235. Em razão dessa decisão, em 18 de maio de 2011, foi negado seguimento ao agravo de despacho denegatório interposto pela União Federal que opôs embargos de declaração em face da supracitada decisão, sustentando haver erro material em relação ao recurso paradigma indicado, apontando como correto o RE n.º 609.096. Os Embargos foram rejeitados. Ainda em face dessa decisão, foi interposto agravo regimental, com a mesma finalidade. O Doutor Desembargador Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região recebeu o agravo regimental como pedido de reconsideração e manteve a decisão recorrida. Intimada dessa decisão, a União permaneceu inerte. O trânsito em julgado ocorreu em 21 de outubro de 2011 e foi certificado em 08 de novembro de 2011.

Suportado na opinião de seus assessores jurídicos e dos patronos da causa, segundo os quais a questão encontra-se pacificada no STF e não há mais qualquer recurso cabível a ser interposto pela Fazenda Nacional, o Banco efetuou a reversão da correspondente provisão para contingências, referente ao período de maio de 2005 até outubro de 2011, considerando que não mais se trata de uma obrigação legal e que não é provável a perda, o que representou o reconhecimento de uma receita líquida no total R\$151.357, em 2011 a qual foi contabilizada na linha de "Outras receitas operacionais" e na linha de "Despesas tributárias".

Nesse contexto, o Banco irá protocolar pedido de habilitação de créditos junto a Receita Federal do Brasil (RFB), dos valores da Cofins recolhidos a maior no período de junho de 2000 a abril de 2005, no valor histórico de R\$15.872, que atualizados pela selic até 31 de março de 2013, totalizam R\$35.180 (R\$34.919 em 31 de dezembro de 2012). Tendo em vista a decisão transitada em julgado e com fundamento nesse procedimento administrativo junto à RFB, foi reconhecido o correspondente crédito tributário registrado em "Outros créditos - Imposto a recuperar", em contra partida à rubrica "Outras receitas operacionais".

Os valores de obrigações legais e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	31/3/2013			31/3/2012		
	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido
PIS	33.574	33.569	5	26.831	28.593	(1.762)
Cofins	-	163.047	(163.047)	-	154.711	(154.711)
<b>Total</b>	<b>33.574</b>	<b>196.616</b>	<b>(163.042)</b>	<b>26.831</b>	<b>183.304</b>	<b>(156.473)</b>

**ii) Contingências classificadas como prováveis são regularmente provisionadas e, em 31 de março de 2013 e de 2012 totalizam:**

	31/3/2013			31/3/2012		
	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido
Contingências Fiscais	10.369	2.366	8.003	4.935	1.676	3.259
Contingências Trabalhistas	3.354	545	2.809	7.510	986	6.524
Contingências Cíveis	14.653	2.374	12.279	16.026	1.774	14.252
<b>Total</b>	<b>28.376</b>	<b>5.285</b>	<b>23.091</b>	<b>28.471</b>	<b>4.436</b>	<b>24.035</b>

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**iii) Movimentação das provisões passivas**

	31/3/2013			31/3/2012		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo inicial	42.591	4.665	18.298	29.574	7.124	16.025
Constituição (reversão)	762	(1.376)	(4.009)	1.622	204	(208)
Atualização	590	65	364	570	182	209
Saldo final	43.943	3.354	14.653	31.766	7.510	16.026

**iv) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:**

Trabalhistas: Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 o Banco não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 o Banco não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

**24. PASSIVOS FISCAIS**

	31/3/2013	31/12/2012
Imposto de renda a pagar	23.760	6.621
Contribuição social a pagar	14.360	3.788
<b>Total</b>	<b>38.120</b>	<b>10.409</b>

**25. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

	31/3/2013	31/12/2012
Impostos e contribuições a pagar	6.639	8.087
Dividendos e bonificações a pagar	8.569	9.018
Honorários advocatícios	9.257	9.374
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	13.380	26.324
Outros	9.202	9.397
<b>Total</b>	<b>47.047</b>	<b>62.200</b>

**26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
**a) Capital Social**

Conforme Estatuto Social, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$967.259 e está dividido em 110.842.313 (108.631.100 em 31 de dezembro de 2012) ações nominativas, sendo 58.444.889 ordinárias e 52.397.424 (50.186.211 em 31 de dezembro de 2012) preferenciais sem valor nominal. O Banco fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de fevereiro de 2013 e homologado pelo Banco Central em 19 de abril de 2013, foi deliberado o aumento de capital no valor de R\$31.576 com a emissão de 2.211.213, sendo 1.887.605 do Societe DE Promotion ET DE Participation Pour LA Cooperation Economique S.A. - PROPARCO ("PROPARCO") e 323.608 de outros acionistas, ações preferenciais nominativas, passando o capital social de R\$935.683 para R\$967.259, dividido em 110.842.313 ações nominativas, sendo 58.444.889 ações ordinárias e 52.397.424 ações preferenciais, sem valor nominal. O valor referente ao aumento de capital está registrado no patrimônio líquido na rubrica "aumento de capital".

Conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de setembro de 2012 e homologado pelo Banco Central em 12 de novembro de 2012, foi realizado o aumento de capital no valor de R\$139.635 com a emissão de 3.220.203, sendo 2.100.839 do acionista DEG - Deutsche Investitions – und Entwicklungsgesellschaft Mbh ("DEG") e 1.119.364 de outros acionistas, ações preferenciais nominativas e 6.558.123 ações ordinárias nominativas do acionista controlador, passando o capital social de R\$796.048 para R\$935.683, dividido em 108.631.100 ações nominativas, sendo 58.444.889 ações ordinárias e 50.186.211 ações preferenciais, sem valor nominal.

**b) Reservas de Capital**

A reserva de capital, nos termos da Lei n.º 11.638/07, somente poderá ser utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

**c) Reservas de Lucros**

A conta de reserva de lucros do Banco é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Banco não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei n.º 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei n.º 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O Banco constituiu reserva estatutária de 100% do lucro líquido, no montante R\$13.923, após a dedução de 5% da reserva legal de R\$2.278, da dedução de pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$14.977 e dividendos no montante de R\$15.023, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

**d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

De acordo com o previsto na Lei n.º 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no trimestre findo em 31 de março de 2013 em R\$5.991 (R\$5.958 em 31 de março de 2012).

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

O dividendos e juros sobre o capital próprio referente ao resultado do exercício estão demonstrados no quadro a seguir:

Descrição	Data da liberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido IR	Valor total líquido
Juros sobre capital próprio	21/3/2013	10/4/2013	0,1389	14.977	0,1181	12.730
Dividendos	21/3/2013	10/4/2013	0,1393	15.023	-	-

Conforme ICPC 08, os dividendos adicionais propostos ao dividendo mínimo no valor de R\$19.185 (R\$18.559 em 31 de dezembro de 2012) encontram-se classificados em conta destacada do patrimônio líquido.

**e) Ações em tesouraria**

Em reunião do Conselho de Administração de 16 de setembro de 2011, foi deliberada a autorização para a aquisição de ações de própria emissão do Pine em até 2.154.011 ações preferenciais, para permanência em tesouraria e posterior alienação, bem como pagamento de remuneração variável para diretores estatutários do Banco nos termos da Resolução nº 3.921/10, sem redução do capital social. Deste plano foram recompradas 713.395 ações no montante de R\$9.588 ao custo médio de R\$13,44. A autorização vigorou até 31 de agosto de 2012.

Em reunião do Conselho de Administração de 06 de dezembro de 2012, foi deliberada a autorização para a aquisição de ações de própria emissão do Pine em até 1.219.659 ações preferenciais, para permanência em tesouraria e posterior alienação, bem como pagamento de remuneração variável para diretores estatutários do Banco nos termos da Resolução nº 3.921/10, sem redução do capital social. Deste plano já foram recomprados 738.500 ações no montante de R\$9.573 ao custo médio de R\$12,96. A autorização vigorará até 05 de dezembro de 2013.

No primeiro trimestre de 2013 o Banco transferiu 334.550 ações preferenciais de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, para os diretores estatutários a título de remuneração variável nos termos da Resolução nº 3.921/10 no montante de R\$4.767 ao custo médio de R\$14,25.

Em 31 de março de 2013 o Banco possuía em tesouraria 806.996 ações preferenciais de sua própria emissão no montante de R\$9.993. O valor de mercado dessas ações correspondia a R\$11.653 (R\$14.923 em 31 de dezembro de 2012).

**27. AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL**

Os saldos da rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" incluem os valores, líquido do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e receitas e despesas reconhecidas até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das controladas são apresentados linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

A demonstração de resultado abrangente inclui as mudanças na rubrica "ajustes de avaliação patrimonial".

	31/3/2013	31/3/2012
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>(13.377)</b>	<b>390</b>
Instrumentos de dívida	(13.377)	390
<b>"Hedges" fluxo de caixa</b>	<b>3.670</b>	<b>6.085</b>
Instrumento de "hedge"	6.118	(2.079)
Imposto de renda do "hedge"	(2.448)	8.164
<b>Outros</b>	<b>59</b>	<b>69</b>
<b>Imposto de renda</b>	<b>5.351</b>	<b>(2.590)</b>
<b>Total</b>	<b>(4.297)</b>	<b>3.954</b>

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda "impairment", os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são demonstrados no resultado.

No período findo em 31 de março de 2013, o banco vendeu títulos classificados como disponíveis para venda. Esta operação resultou em prejuízo no montante de R\$238 (lucro de R\$11.524 em 31 de março de 2012) transferido para o resultado.

**28. RECEITAS COM JUROS E SIMILARES**

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no período sobre todos os ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	31/3/2013	31/3/2012
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	1.512	112
Instrumentos de dívida disponíveis para venda	19.947	44.455
Empréstimos e adiantamentos a clientes	119.717	163.054
<b>Total</b>	<b>141.176</b>	<b>207.621</b>

**29. DESPESAS COM JUROS E SIMILARES**

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no período sobre todos os passivos financeiros, calculada aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	31/3/2013	31/3/2012
Depósitos de instituições financeiras	1.745	3.739
Depósitos de clientes	82.085	99.903
Captações no mercado aberto	63	451
Obrigações por empréstimos e repasses	15.973	23.178
Obrigações por títulos e valores mobiliários	5.364	2.592
Dívidas subordinadas	6.228	4.217
Outros juros	4.913	6.605
<b>Total</b>	<b>116.371</b>	<b>140.685</b>

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**30. GANHOS (PERDAS) COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (LÍQUIDOS) AVALIADOS AO VALOR JUSTO**

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

**a) Classificação**

	31/3/2013	31/3/2012
Ativos e passivos financeiros para negociação	87.028	50.353
<b>Total</b>	<b>87.028</b>	<b>50.353</b>

**b) Ativos financeiros para negociação – Derivativos**

	31/3/2013	31/3/2012
Futuro	20.946	(75)
Opções	2.244	151
Swap	61.700	46.351
Termo	(20.833)	(38.801)
<b>Total</b>	<b>64.057</b>	<b>7.626</b>

**c) Ativos financeiros para negociação – Instrumentos de dívida**

	31/3/2013	31/3/2012
Instrumento de dívida	22.971	42.727
	<b>22.971</b>	<b>42.727</b>

**31. RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES**

A rubrica "Receitas de tarifas e comissões" é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco e empresas controladas no período, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	31/3/2013	31/3/2012
Comissão de Fiança	8.005	6.800
Comissão de estruturação	1.338	14.337
Tarifas de contas de clientes	552	-
Outras	154	2.376
<b>Total</b>	<b>10.049</b>	<b>23.513</b>

**32. DESPESAS DE TARIFAS E COMISSÕES**

A rubrica "Despesas de tarifas e comissões" mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no período, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	31/3/2013	31/3/2012
Comissões	515	328
Serviços bancários	225	204
Teleprocessamento	682	536
Outros	213	238
<b>Total</b>	<b>1.635</b>	<b>1.306</b>

**33. VARIAÇÕES CAMBIAIS (LÍQUIDAS)**

As variações cambiais mostram, basicamente, os ganhos e perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgadas para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação. Em 31 de março de 2013 o valor é de R\$4.060 (R\$15.805 em 31 de março de 2012).

**34. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS**

	31/3/2013	31/3/2012
Recuperação de despesas	429	114
Encargos sobre créditos cedidos <sup>(1)</sup>	(5.515)	(38.860)
Rendas de aluguéis	986	-
Reversão processos trabalhistas	1.539	-
Reversão de provisão para riscos fiscais	75	-
Reversão de provisão processos cíveis	3.444	-
Outras	223	1.187
<b>Total</b>	<b>1.181</b>	<b>(37.559)</b>

<sup>(1)</sup> R\$5.509 (R\$38.779 em 31 de março de 2012) refere-se a prejuízo com operações cedidas sem coobrigação, conforme mencionado na nota 9. g)

**35. DESPESAS COM PESSOAL**

	31/3/2013	31/3/2012
Proventos	14.979	14.536
Benefícios, treinamento	2.274	2.081
Encargos sociais	5.135	5.250
Participações nos resultados	7.529	13.947
<b>Total</b>	<b>29.917</b>	<b>35.814</b>

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**36. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	31/3/2013	31/3/2012
Despesas de água, energia e gás	142	104
Despesas com aluguéis	2.131	1.942
Despesas de arrendamento de bens	242	792
Despesas de comunicações	938	938
Despesas com contribuições filantrópicas	18	-
Despesas de manutenção e conservação de bens	553	374
Despesas de material	41	42
Despesas de processamento de dados	2.317	2.292
Despesas de promoções e relações públicas	208	476
Despesas de propaganda e publicidade	313	472
Despesas de publicações	500	446
Despesas de seguros	9	44
Despesas com serviços do sistema financeiro	1.181	939
Despesas com serviços de terceiros	1.099	1.734
Despesas com serviços de vigilância e segurança	1.198	517
Despesas com serviços técnicos especializados	3.881	2.481
Despesas de transporte	371	480
Despesas de viagens	530	547
Outras despesas administrativas	3.857	2.683
<b>Total</b>	<b>19.529</b>	<b>17.303</b>

**37. PROVISÕES LÍQUIDAS**

	31/3/2013	31/3/2012
Atualização monetária ativa	2.304	3.715
Varição monetária passiva	-	96
Reversão/Provisão de processos cíveis e trabalhistas	(288)	(1.330)
Reversão/provisão fiança	-	15.178
Outros	(24)	(2.054)
<b>Total</b>	<b>1.992</b>	<b>15.605</b>

**38. RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE BENS**

No trimestre findo em 31 de março de 2013 o valor de R\$1.249 (R\$3.476 em 31 de março de 2012) corresponde principalmente a venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

**39. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**
**a) Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:**

	31/3/2013	31/3/2012
Lucro antes da tributação, líquido da participação no resultado	65.615	84.550
Juros sobre o capital próprio	(14.977)	(14.895)
<b>Lucro antes da tributação</b>	<b>50.638</b>	<b>69.655</b>
Alíquota (25% de imposto de renda e 15% de contribuição social)	40%	40%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(20.255)	(20.143)
Diferenças temporárias	15.171	10.779
Efeitos do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias	(15.489)	(18.589)
Outros ajustes	1.159	1.542
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(19.414)</b>	<b>(26.411)</b>
<b>Sendo:</b>		
Impostos correntes	(3.494)	(7.822)
Impostos diferidos	(15.920)	(18.589)
<b>Despesa contabilizada</b>	<b>(19.414)</b>	<b>(26.411)</b>

**b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto**

	31/3/2013	31/3/2012
Lucro antes da tributação	65.615	84.550
Imposto de renda e contribuição social	19.414	26.411
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>29,59%</b>	<b>31,24%</b>

**c) Impostos diferidos reconhecidos no resultado**

	31/3/2013	31/3/2012
<i>Impairment</i>	75.953	72.483
Perdas em operações de crédito ainda não deduzidas	23.201	19.986
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	20.275	21.270
Provisão para participações nos lucros	2.200	8.609
Provisão para outros valores e bens	3.983	-
Outros ajustes de IFRS	(12.380)	(14.941)
Ajustes a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos	(50.599)	(36.150)
Outros ajustes	2.668	(2.264)
<b>Total</b>	<b>65.301</b>	<b>68.993</b>

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**d) Imposto reconhecido no patrimônio**

	31/3/2013	31/3/2012
Avaliação de títulos (renda fixa) disponíveis para venda	5.351	(156)
Avaliação de "hedge" de fluxo de caixa	(2.448)	(2.122)
<b>Total</b>	<b>2.903</b>	<b>(2.278)</b>

**e) Movimentação de impostos diferidos**

	31/3/2013	31/3/2012
<b>Saldo inicial</b>	<b>66.715</b>	<b>88.238</b>
Débito (crédito) ao resultado	(15.920)	(18.589)
Débito (crédito) no patrimônio líquido	17.409	(2.934)
<b>Saldo final</b>	<b>68.204</b>	<b>66.715</b>

**f) Prazo de realização**

	31/3/2013
Até 1 ano	149.260
De 1 a 2 anos	15.554
De 2 a 3 anos	11.032
De 3 a 4 anos	8.125
De 4 a 5 anos	4.138
De 5 a 10 anos	22.334
<b>Subtotal Ativo - Créditos tributários</b>	<b>210.443</b>
Até 1 ano	109.344
De 1 a 2 anos	4.994
De 2 a 3 anos	7.819
De 3 a 4 anos	11.176
De 4 a 5 anos	5.515
De 5 a 10 anos	3.391
<b>Subtotal Passivo - Obrigações fiscais diferidas</b>	<b>142.239</b>
<b>Total</b>	<b>68.204</b>

**40. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

O Banco contribui mensalmente para empresa de previdência privada nos planos VGBL e PGBL, conforme opção do participante, o equivalente a 1% do salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua no mínimo com 1% do seu salário bruto, com o objetivo de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador.

No trimestre findo em 31 de março de 2013, o montante dessa contribuição foi de R\$95 (R\$81 em 31 de março de 2012).

**41. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS E RESULTADOS**

O Banco Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelados e homologados pelo PPLR do Sindicato dos Bancários, conforme definido no Estatuto Social do Banco.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Performance das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Despesas de pessoal".

**42. LIMITES OPERACIONAIS**
**a) Índice da Basileia**

As instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O PRE é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Em março de 2013, o Bacen tornou público as normas relacionadas à definição de capital e aos requerimentos de capital regulamentar com o objetivo de implementar no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (Basileia III). Os principais objetivos são: (i) aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras absorverem choques provenientes do sistema financeiro ou dos demais setores da economia; (ii) reduzir o risco de contágio do setor financeiro sobre o setor real da economia; (iii) auxiliar a manutenção da estabilidade financeira; e (iv) promover o crescimento econômico sustentável. A aplicação das novas regras de Basileia III inicia-se a partir de 1º de outubro de 2013.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

O Banco, em 31 de março de 2013, atingiu o índice de 17,14% (16,19% em 31 de dezembro de 2012), calculado a partir das Demonstrações Financeiras consolidadas em BRGAAP, como requerido pelo Banco Central do Brasil:

	31/3/2013	31/12/2012
<b>Patrimônio de referência - PR</b>	<b>1.453.709</b>	<b>1.477.645</b>
<b>Nível I</b>	<b>1.268.495</b>	<b>1.220.446</b>
Patrimônio líquido em BRGAAP	1.260.469	1.219.946
Ajustes de marcação a mercado	8.026	500
<b>Nível II</b>	<b>185.214</b>	<b>257.199</b>
Dívida subordinada	193.240	257.699
Ajustes de marcação a mercado	(8.026)	(500)
<b>Patrimônio de referência exigido - PRE</b>	<b>933.161</b>	<b>1.004.123</b>
Risco de crédito	802.258	899.670
Risco de mercado	122.595	95.559
Risco operacional	8.308	8.894
<b>Excesso de PR</b>	<b>520.548</b>	<b>473.522</b>
<b>Índice da Basileia - %</b>	<b>17,14%</b>	<b>16,19%</b>

O Banco Pine, de acordo com a Circular n.º 3.477/09, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de referência exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.pine.com/ri](http://www.pine.com/ri).

**b) Índice de Imobilização**

De acordo com a Resolução n.º 2.286/96 do Bacen, o limite de imobilização permitido é de 50,0%. Em 31 de março de 2013, o índice de imobilização foi de 10,85% (10,21% em 31 de dezembro de 2012).

**43. GARANTIAS PRESTADAS**

O Banco oferece uma série de garantias para que os seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro abaixo apresenta todas as garantias em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

	31/3/2013	31/12/2012
Garantias prestadas a Instituições Financeiras	35.830	9.664
Garantias prestadas a pessoas físicas e jurídicas	2.464.629	2.104.632
Cartas de crédito	120.446	8.814
<b>Total</b>	<b>2.620.905</b>	<b>2.123.110</b>

São fornecidos aos clientes do Banco garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Banco tenha de pagar devido a essas garantias. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

**44. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**
**a) Remuneração da Administração**

No primeiro semestre de 2012, o Banco aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução n.º 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional.

O novo Plano tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Banco Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Banco; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução n.º 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Banco está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no contrato de metas celebrado por cada administrador na forma prevista no PLR e arquivado na sede do Banco; (vii) o desempenho da unidade de negócios; e (viii) a relação entre o desempenho individual dos Administradores, o desempenho da unidade de negócio e o desempenho do Banco como um todo.

A Remuneração Variável será calculada:

- até 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR;
- o correspondente a 10% do valor determinado para a remuneração variável será paga em ações preferenciais do Banco de forma imediata quando do pagamento da PLR; e
- o correspondente aos 40% restantes da remuneração variável será pago em ações preferenciais do Banco e serão entregues ao empregado juntamente com o pagamento do valor em espécie. O direito de disposição dessas ações será de forma "Diferida" crescendo com o nível de responsabilidade do Administrador.

A entrega das ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

O Banco conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que foi constituído na Assembleia Geral do dia 16 de janeiro de 2012, que será responsável por (i) propor ao conselho de administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao conselho de administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao conselho de administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com o disposto nesta resolução; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.921/10.

No trimestre findo em 31 de março de 2013 houve apuração referente a remuneração variável no montante de R\$6.545, de acordo com os critérios definidos no novo plano.

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria	31/3/2013	31/3/2012
Remuneração fixa	2.173	1.940
Remuneração variável	6.571	11.036
Benefícios de curto prazo	984	485
<b>Total</b>	<b>9.728</b>	<b>13.461</b>

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

**Rescisão do contrato**

Os contratos de trabalho possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria não dá direito a nenhuma compensação financeira. No caso da rescisão do contrato pelo Banco o executivo pode receber uma indenização. No período findo em 31 de março de 2013 houve pagamento no montante de R\$329 aos executivos que saíram a título de compensação (R\$814 em 31 de março de 2012).

**b) Partes relacionadas**

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/3/2013	31/3/2012	31/3/2013	31/3/2012
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>44.867</b>	<b>110.296</b>	<b>643</b>	<b>5.082</b>
Pine Crédito Privado - FIDC	44.867	110.296	643	5.082
<b>Depósitos à vista</b>	<b>112</b>	<b>123</b>	-	-
Pine Investimentos	50	68	-	-
Pine Comercializadora de Energia Elétrica	4	13	-	-
Pine Corretora	5	3	-	-
Pine Assessoria	5	12	-	-
Pine Assessoria em Comercialização de Energia	10	-	-	-
Pine Planejamento Ltda	9	-	-	-
Administradores e familiares imediatos <sup>(1)</sup>	29	27	-	-
<b>Depósitos interfinanceiros</b>	<b>5.403</b>	<b>14.588</b>	<b>(144)</b>	<b>(510)</b>
Pine Investimentos	5.403	14.588	(144)	(510)
<b>Depósitos à prazo</b>	<b>174.955</b>	<b>124.303</b>	<b>(3.513)</b>	<b>(2.732)</b>
Pine Investimentos	28.426	16.762	(464)	(368)
Pine Comercializadora de Energia Elétrica	81.171	81.287	(1.413)	(2.142)
Pine Corretora	224	713	(4)	(19)
Pine Assessoria	35.499	10.305	(601)	(91)
Pine Planejamento Ltda	13.355	-	(90)	-
Pine Assessoria em Comercialização de Energia	40	-	-	-
Administradores e familiares imediatos <sup>(1)</sup>	16.240	15.236	(941)	(112)

<sup>(1)</sup> Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

**c) Participação acionária**

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, dos acionistas com mais de cinco por cento do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Acionistas	31/3/2013					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	Total de Ações (%)
	Ações	Ações Ordinárias(%)	Ações	Ações Preferenciais (%)		
Pessoa Física	58.444.889	100,00	15.395.863	30,68	73.840.752	67,97
Conselho de Administração	-	-	3.218.179	6,41	3.218.179	2,96
Administradores	-	-	2.856.314	5,69	2.856.314	2,63
<b>Total</b>	<b>58.444.889</b>	<b>100,00</b>	<b>21.470.356</b>	<b>42,78</b>	<b>79.915.245</b>	<b>73,56</b>

Acionistas	31/12/2012					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	Total de Ações (%)
	Ações	Ações Ordinárias(%)	Ações	Ações Preferenciais (%)		
Pessoa Física	58.444.889	100,00	15.595.863	31,08	74.040.752	68,16
Conselho de Administração	-	-	3.281.010	6,54	3.281.010	3,02
Administradores	-	-	2.635.774	5,25	2.635.774	2,39
<b>Total</b>	<b>58.444.889</b>	<b>100,00</b>	<b>21.512.647</b>	<b>42,87</b>	<b>79.957.536</b>	<b>73,57</b>

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**45. OUTRAS DIVULGAÇÕES**
**a) Seguros**

O Banco adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus Consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é assim demonstrada:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	20.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 11 veículos	1.930
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	12.000
Seguro global de banco	Valores em espécie	300
Seguro aeronave	Garantias por parte do avião	339.560

**46. GERENCIAMENTOS DE RISCOS**
**a) Introdução e visão geral**

O Banco Pine está exposto aos riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros tendo mensuração e monitoramento contínuo e possui uma estrutura de análise composta por diretoria, conselho e comitê que atuam nos seguintes riscos:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Riscos de mercado
- Riscos operacionais

**Estrutura de gerenciamento de risco**

O Conselho de administração é o órgão responsável pela identificação e controle de riscos, porém, existem outros órgãos independentes que são responsáveis pela administração e monitoramento dos riscos.

**b) Risco de crédito**
**Definição**

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

**Mensuração do risco de crédito**
*Empréstimos a clientes e a instituições financeiras*

Como regra geral, os valores mensuráveis de garantias constituídas, são utilizados como mitigadores e redução de percentual de *Impairment* a ser aplicado, assim como quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a redução do percentual de *Impairment*.

Dentre os critérios objetivos de determinação de possível imparidade de um ativo, o Banco considera a classificação de risco, em especial, para todos os clientes cuja classificação de risco seja igual ou inferior ao nível de risco "D", conforme termos da Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional - CMN, assim como o inadimplemento de obrigações vencidas há mais de 90 (noventa) dias, tudo conforme adiante demonstrado.

**Cálculo do *Impairment* para operações evidenciadas**

Ao menos uma obrigação do tomador perante a instituição financeira está em atraso há mais de noventa dias.

**i. Operações sem garantias:**

Para as exposições evidenciadas como *Impairment* não associadas a garantias, deverá ser aplicado ao valor da exposição o percentual do Potencial Risco de Crédito.

**ii. Operações com garantias:**

As garantias das exposições evidenciadas como *Impairment* serão utilizadas como mitigadores, não sendo necessária a aplicação do percentual do Potencial Risco de Crédito. O valor do *impairment* será a diferença entre o valor da exposição e o valor presente da garantia associada a esta exposição. O valor presente da garantia é calculado considerando o custo de captação médio do Banco pelo prazo de 3 (três) anos.

**Critérios para constituição de *impairment* para riscos não identificáveis**

A instituição para efeito de conter eventuais perdas com créditos que ainda não tenham sido identificados dentro dos seus critérios de evidência de *impairment*, adota, conservadoramente, a avaliação da sua perda histórica para aplicação de percentual de perda esperada para riscos não identificáveis sobre essa mesma base.

**Gerenciamento do risco de crédito**
**Atribuições:**

- Formular Políticas de Crédito em conjunto com todas as unidades do Banco, incluindo exigências de garantia, avaliação de crédito, classificação de risco e apresentação de relatórios, procedimentos legais e documentais, assim como cumprimento com exigências normativas e estatutárias.
- Estabelecer a estrutura para aprovação e renovação de linhas de Crédito. Os limites são definidos e aprovados pelo Comitê de Crédito.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

- Revisar e avaliar o risco de Crédito. A Área de Crédito avalia toda a exposição de crédito em excesso aos limites estabelecidos, antes que as linhas de crédito sejam liberadas para os clientes pela unidade de negócios em questão. As renovações e revisões das linhas de crédito estão sujeitas ao mesmo processo de revisão.
- Limitar concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas e setores da economia e por faixas de classificação de crédito, liquidez de mercado e país.
- Desenvolver e manter a classificação de risco do Banco para categorizar as exposições de acordo com o grau de risco de perda financeira enfrentada e focar o gerenciamento nos riscos inerentes. O sistema de classificação de risco é usado para determinar exposições de crédito. A estrutura de classificação de risco atual inclui graus de risco de crédito e a disponibilidade de garantias ou outra ferramenta para mitigar o risco de crédito.
- Oferecer aconselhamento, orientação e técnicas especializadas para promover as melhores práticas, por todo o Banco, no gerenciamento do risco de crédito.

**Política de crédito**

Contém todas as diretrizes e recomendações adotadas pelo Banco a fim de aplicar e monitorar a concessão de crédito. Estabelece regras para:

- Conceder crédito a Pessoas Jurídicas, Instituições Financeiras, Negócios de Tesouraria e Pessoas Físicas, bem como o monitoramento de seu desempenho, com características normativas, apresentando restrições a determinadas práticas e concentrando-se na determinação de regras mínimas, que norteiam a atividade;
- Fornecer os roteiros básicos a todos os elementos que dão suporte às operações executadas, constituindo-se em responsabilidade generalizada a total familiaridade dos profissionais e executivos envolvidos com todas as regras estabelecidas, bem como a sua absoluta observância e a manutenção dentro dos padrões exigidos.

Como política geral, esta é flexível e as sugestões para seu aperfeiçoamento são estimuladas, devendo ser encaminhadas à Vice Presidência de Riscos e Crédito e à Área de Compliance, para que sejam devidamente analisadas e submetidas ao Comitê de Crédito.

A Política de Crédito do Banco Pine é pautada pela classificação do risco do cliente e do risco da operação denominados "Rating Cliente" e "Rating Operação".

A metodologia utilizada para a classificação é pautada em modelo desenvolvido internamente, contendo critérios técnicos consistentes de avaliação objetiva com base nos dados econômico-financeiros da empresa e comportamento cadastral, além de ponderar aspectos subjetivos inerentes à operação do cliente não mensuráveis nestes tópicos.

Os critérios foram desenvolvidos, testados e aplicados pela Vice Presidência de Riscos e Crédito em todos os clientes ativos do Banco na implantação da Política de Crédito. Após profunda análise e avaliação das metodologias de *ratings* disponíveis no mercado, o Pine contratou a ferramenta *RiskAnalyst* da Moody's Analytics. Esta metodologia é utilizada pelo Banco como mais um parâmetro de classificação de clientes.

A avaliação do risco de crédito para derivativos é baseada na avaliação do risco fracionário, sendo este o potencial de ajuste futuro que a operação pode gerar a favor do Banco. O risco fracionário é calculado com base nas volatilidades dos preços e taxas de mercado dos derivativos em carteira.

O conceito de aprovação de crédito sempre será "risco total", incluindo as operações em ser, mais os riscos ora sendo proposto.

Todos os créditos deverão ser analisados com base na capacidade de pagamento dos clientes, bem como nas garantias fornecidas.

O risco soberano dos títulos públicos do governo brasileiro é considerado isento de risco de crédito.

Os títulos privados são analisados conforme as demais operações de crédito da instituição.

**Exposição máxima ao risco de crédito**

	31/3/2013	31/12/2012
Equivalentes de caixa	356.974	304.288
Instrumentos de dívida	2.604.345	3.438.752
Derivativos	293.804	337.333
Empréstimos e recebíveis	5.409.357	5.112.895
Garantias prestadas	2.620.905	2.123.110

**Qualidade de crédito**

A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem *impairment*:

Classificação Interna (Rating 2682)	31/3/2013		Total dos créditos	Impairment
	Contratos vencidos com impairment	Contratos não vencidos com impairment		
AA - C (Massificado)	9.443	4.801.394	4.810.837	16.469
D - H (Análise Individual)	83.827	161.462	245.289	100.162
Varejo	2.609	17.211	19.820	2.367
Títulos com risco de crédito	-	679.989	679.989	-
<b>Total</b>	<b>95.879</b>	<b>5.660.056</b>	<b>5.755.935</b>	<b>118.998</b>

Classificação Interna (Rating 2682)	31/3/2012		Total dos créditos	Impairment
	Contratos vencidos com impairment	Contratos não vencidos com impairment		
AA - C (Massificado)	50.618	4.985.933	5.036.551	-
D - H (Análise Individual)	111.730	67.675	179.405	118.570
Varejo	4.516	13.810	18.326	2.164
<b>Total</b>	<b>166.864</b>	<b>5.067.418</b>	<b>5.234.282</b>	<b>120.734</b>

A concentração de risco por setor da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes está demonstrado na nota 9.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**Missões da CRO - Chief Risk Office***Análise e concessão de crédito*

Avaliar os riscos envolvidos nas operações e a capacidade dos clientes em liquidar suas obrigações nas condições contratadas.

*Controles e gestão de riscos de crédito*

Atuar de maneira preventiva no monitoramento dos clientes ativos visando antecipar movimentos de inadimplência na carteira de operações que envolvam risco de crédito, dar suporte às decisões e estratégias comerciais e fornecer dados que permitam aos Comitês de Crédito e Executivo acompanhar o cumprimento do Planejamento Estratégico do Banco Pine.

*Controles e gestão de risco de mercado*

Analisar, mensurar e controlar o Risco de Mercado e o Risco de Liquidez do Banco Pine, calcular o Resultado Gerencial da Tesouraria e dar suporte para o controle do risco de crédito de derivativos do Banco, sejam no âmbito gerencial e no regulatório.

**Composição da CRO - Chief Risk Office***Superintendência Executiva de análise de crédito*

Responsável pela análise e recomendação para a concessão de crédito. Composta por 4 gerências, divididas por unidades de negócios (regionais). Representada por gerentes, coordenadores e analistas de crédito, todos especialistas em setores da economia.

*Superintendência Executiva de controle de riscos*

Responsável pelo controle e gestão de risco de crédito. Composta pelo superintendente executivo, superintendente, gerentes, coordenadores e analistas de risco de crédito, liquidez e mercado.

**Processo e aprovação de crédito**

O Processo de Crédito inicia com a elaboração de uma proposta de crédito e respectivo relatório de visita pela área comercial. Esta proposta de crédito, é analisada pela Superintendência Executiva de Análise de Crédito (com respectiva análise econômico-financeira), pela área comercial e pelo Comitê de Crédito.

*O Comitê de Crédito tem as seguintes atribuições:*

- Definir a política de crédito e respectivas alterações;
- Analisar, aprovar ou recusar limites / operações de crédito;
- Acompanhar a evolução das utilizações visando observar os parâmetros aprovados x real utilização das linhas de crédito, evitando excessos.

*Participantes do Comitê de Crédito com direito a voto:*

- Presidente do Conselho de Administração e Conselheiros;
- CEO - *Chief Executive Officer*;
- COO - *Chief Operations Officer*;
- CAO - *Chief Administrative Officer*;
- CRO - *Chief Risk Officer*.

*Observações do Comitê de Crédito:*

- Aprovação unânime;
- Participam do Comitê de Crédito como cientes o Diretor Executivo de Originação e o Superintendente Executivo de Crédito;
- Participam do Comitê de Crédito sem direito a voto, o Superintendente de Riscos de Crédito;
- O Comitê de Crédito poderá convocar, na qualidade de participantes, os executivos da área de Originação.

**Controles e gestão do risco de crédito**

Dentro de um conceito abrangente, analisando todos os clientes, independentemente dos setores onde estão situados, com destacado enfoque na estrutura de controles internos, o Comitê Executivo e a Vice Presidência de Riscos e Crédito do Banco Pine decidiram, conjuntamente, apartar em sua estrutura hierárquica uma célula de controles de crédito denominada Superintendência de Controles de Crédito, reportando à Superintendência Executiva de Controle de Riscos, cuja principal missão é atuar de maneira preventiva no monitoramento dos clientes ativos, visando antecipar movimentos de inadimplência na carteira de operações que envolvam todo e qualquer tipo de risco de crédito, dar suporte às decisões e estratégias comerciais e fornecer dados que permitam ao Comitê Executivo, acompanhar o cumprimento do Planejamento Estratégico da Instituição.

Destaca-se que o Banco Pine possui um sistema integrado de consolidação de risco das operações "em ser", limites de crédito, posição de garantias, modalidades, prazos dos limites e contratos do cliente, despachos e recomendações do Comitê de Crédito, além da posição de passivos dos clientes junto ao Banco e das informações acima relacionadas.

Além dos recursos de gestão fornecidos principalmente aos usuários da Área Comercial, este instrumento permite a consolidação das informações inerentes ao monitoramento da carteira de crédito, promovendo o "link" automático com os procedimentos adotados pela Vice-Presidência de Processamento e interligados à boletagem das operações.

Desta forma, aplicada à matriz de acompanhamento de riscos detalhada nesta etapa do processo, o sistema está capacitado para fornecer informações diárias sobre o fechamento do movimento contábil e apontar as exceções ocorridas.

Ainda seguindo o modelo padronizado, a combinação destas exceções, pré – definidas, implicará na emissão de relatórios de alerta e, dependendo da gravidade dos apontamentos, no bloqueio das operações e limites de crédito do cliente.

**Área de Administração de Ativos Especiais (Recuperação de Crédito)**

O Banco possui uma área específica de recuperação de crédito que tem por objetivo dar apoio às áreas envolvidas com o processo de recuperação de crédito, visando identificar e atuar frente aos potenciais riscos da instituição, buscando soluções ágeis e efetivas no intuito de mitigar possíveis perdas, ser fonte de informação acerca dos riscos em atraso ou que por qualquer motivo tenha a certeza do recebimento do crédito prejudicado, promover o controle de riscos que, de acordo com a política definida pela instituição, estão sob a administração da Área de Ativos Especiais.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**Etapas de recuperação**

Esta área atua na prevenção e recuperação dividindo-se em duas etapas, "Monitoramento" e "Adm de Ativos Especiais - Recuperação de Crédito".

As atividades de "Monitoramento" visam minimizar os impactos com riscos tanto em operações que ainda não venceram, quanto em operações propriamente vencidas no todo.

Sob este aspecto, tem o objetivo de prover à Alta Administração informações acerca dos riscos que envolvem operações em atraso, bem como o posicionamento da Área de Originação sobre os riscos envolvidos, para que, ao final, a tomada de decisão seja feita em tempo hábil e com a devida precisão.

As atividades de "Administração de Ativos Especiais - Recuperação de Crédito" visam à sugestão e adoção de medidas de cobrança de clientes que se encontram inadimplentes perante o Banco PINE, para os quais, sob aspecto comercial, não há solução efetiva para sua regularização e necessitam de meios mais eficazes de cobrança.

Sob o escopo de uma ação preventiva, visa adotar medidas para os riscos que, de alguma forma, apresentam indícios da possibilidade de inadimplência, seja esta detectada pela insuficiência de garantias, baixa na liquidez de títulos em cobrança, adiantamentos em conta não regularizados ou excessos no limite de crédito concedido sem a devida regularização, sucessões de renovações de operações, em especial, de giro quando não há redução sensível do saldo devedor ou movimentação incompatível com a modalidade da operação, ordem de baixa de títulos constantes, origem de recursos de direitos creditórios provenientes do próprio cliente, bem como quando o cliente venha a ter a sua saúde financeira afetada, sendo a informação obtida no mercado, jornais ou periódicos, as quais possam colocar em dúvida a certeza do recebimento dos recursos concedidos.

Para efeito de considerarmos os critérios de evidências de "Impairment", adotamos a seguinte prática:

**i. Alteração de risco do cliente**

Qualquer alteração econômico-financeira, para cliente que o Banco mantenha relação e que esta alteração indique o aumento no risco de crédito de tal cliente ou grupo econômico.

Riscos que, sob algum aspecto, apresentem indícios da possibilidade de inadimplência, seja esta detectada pela insuficiência de garantias, baixas na liquidez de títulos em cobrança, movimentação incompatível com a modalidade da operação, ordem de baixa de títulos constantes, entre outros.

Para efeito dessa análise, a Superintendência de Controles e Riscos observará tais alterações, mediante monitoramento dos clientes ativos do Banco e identificando alguma alteração no risco do cliente, fará a avaliação quanto à necessidade ou não de realização de "Impairment" para tal cliente ou grupo econômico.

Os percentuais de "Impairment" a serem praticados levarão em conta as garantias envolvidas na operação, análise econômico-financeira do cliente, entre outros, de forma a justificar eventual percentual a ser aplicado para determinado cliente ou grupo econômico.

Como regra geral, os valores mensuráveis de garantias constituídas, serão utilizados como mitigadores e redução de percentual de "Impairment" a ser aplicado, assim como quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a redução do percentual de "Impairment".

**ii. Operações em atraso**

Para efeito de evidência de "Impairment", com base na avaliação de atrasos e para considerarmos como fato relevante de avaliação e aplicação de "Impairment", fora os outros aspectos, o Banco define que todos os clientes com atraso superior a 90 (noventa) dias, deverão, obrigatoriamente, ser avaliados quanto a necessidade ou não de aplicação de "impairment".

A aplicação de percentuais mínimos ficará sujeita à avaliação de cada risco, podendo ser aumentado ou reduzido esse percentual, em especial, por conta da avaliação de mitigadores de risco, a exemplo de garantias, condições econômico-financeiras do cliente ou grupo econômico, entre outros.

Como regra geral, os valores mensuráveis de garantias constituídas, serão utilizados como mitigadores e redução de percentual de "Impairment" (valor recuperável dos ativos) a ser aplicado, assim como quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a redução do percentual de "Impairment".

**iii. Operações "renegociadas"**

Primeiramente, necessária a definição do que vem a ser uma operação "Renegociada", para efeito de definirmos tais operações com critério de evidência de "Impairment":

Em vista de normativos já expedidos pelo Banco Central do Brasil, em princípio, considera-se renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

Em que pese tal definição preliminar e a "rigidez" de determinadas normas expedidas pelo órgão regulador das Instituições Financeiras, todos os conceitos estão generalizados como "acordo".

Dessa forma, não há como confundirmos a natureza da nossa relação comercial com os nossos clientes, com "acordos" ou "renegociações", sendo estas últimas quando, de fato, nosso cliente deixa de cumprir com o avençado e há necessidade de formalizarmos um ajuste, para repactuar as condições do negócio e buscar a solvência do crédito.

Vale lembrar que é da natureza de uma Instituição Financeira a alteração de suas operações em curso, aditamentos com prorrogação de prazo e taxa, mas não com o contexto de "Renegociação", visto que para manutenção de seus clientes e negócios, muitas vezes, é necessário buscar uma solução para manter o relacionamento, a exemplo de garantias já constituídas e com performance satisfatória, operações que envolvem garantias e que necessitam de instrumentos públicos, registros e, de conseqüência, custo adicional no caso de abrir novo limite ou nova operação.

Isto posto, o Banco, para efeito de definição de operações "Renegociadas", e em linha com as normas expedidas pelo órgão regulador, toda operação que pela sua característica indique alguma probabilidade de perda e que para isso são repactuadas as condições do negócio, buscando a solvência, são classificadas e registradas em nosso sistema legado como "Renegociadas".

Dessa forma, as operações identificadas como "Renegociadas", terão tratamento similar aos demais casos, ou seja, na medida em que seja identificada uma operação nessa situação e para definição dos percentuais de "Impairment" a serem praticados, levarão em conta as garantias envolvidas na operação, análise econômico-financeira do cliente, entre outros, de forma a justificar eventual percentual a ser aplicado para determinado cliente ou grupo econômico.

Como regra geral, os valores mensuráveis de garantias constituídas, serão utilizados como mitigadores e redução de percentual de "Impairment" a ser aplicado, assim como quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a redução do percentual de "Impairment".

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

A tabela abaixo mostra uma estimativa do valor justo das garantias e de outros tipos de valores mantidos contra ativos financeiros:

	Empréstimos e adiantamentos a clientes	
	31/3/2013	31/12/2012
<b>Operações com impairment</b>		
Recebíveis	2.448	622
Penhor / Alienação de Produtos, Estoques e Equipamentos	27.544	107.751
Hipoteca / Alienação Imóveis	93.263	3.230
<b>Subtotal</b>	<b>123.255</b>	<b>111.603</b>
<b>Operações sem impairment</b>		
Recebíveis	997.123	933.952
Penhor / Alienação de Produtos, Estoques e Equipamentos	1.369.559	1.421.962
Aplicações Financeiras	87.080	39.939
Hipoteca / Alienação Imóveis	990.079	755.850
Fiança	68.057	57.316
<b>Subtotal</b>	<b>3.511.898</b>	<b>3.209.019</b>
<b>Total</b>	<b>3.635.153</b>	<b>3.320.622</b>

**Riscos não identificáveis**

Para efeito de conter eventuais perdas com créditos que ainda não tenham sido identificados dentro dos seus critérios de evidência de "impairment", o Banco adota, conservadoramente, a avaliação da sua perda histórica para aplicação de percentual "genérico" sobre essa mesma base.

Nesse sentido, o Banco adota modelo de avaliação para perdas incorridas nos últimos três exercícios, incluindo, o exercício de avaliação.

É feita a avaliação de todos os seus novos clientes e as perdas registradas com os mesmos, apurando-se o percentual destas perdas sobre a base de clientes, pelos seus valores históricos, não contemplando eventuais mutações do volume de crédito, ao longo da relação comercial mantida com os mesmos.

Feita a apuração do percentual de perdas para o período em análise, tal percentual é aplicado aos clientes que não possuíram evidências de "impairment".

**c) Risco de liquidez**
**Definição**

O risco de liquidez está associado à eventual dificuldade do Banco em atender suas obrigações decorrentes dos seus passivos financeiros.

**Gestão de risco de liquidez**

A gestão de liquidez visa precaver o Banco de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o banco monitora suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

É efetuado um controle diário através de relatórios onde se monitoram os seguintes itens :

- O descasamento de vencimentos entre os fluxos de pagamentos e recebimentos de todo conglomerado;
- Projeção de cenários de estresse de liquidez definidos no ALCO - Asset and liability committee.

Esses dados são confrontados com nível de caixa do Banco diariamente e avaliados semanalmente no ALCO - Asset and liability committee.

A gestão de liquidez é realizada pela Superintendencia de Risco de Mercado, Liquidez e P&L, que se reporta à Superintendência Executiva de Controle de Riscos.

**Balanco Patrimonial por prazo**

O balanço por prazo contratual de vencimento está abaixo apresentado:

	Nota	31/3/2013			Total
		Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
<b>ATIVO</b>					
<b>Ativos Financeiros</b>		<b>4.840.501</b>	<b>2.282.620</b>	<b>2.270.758</b>	<b>9.393.879</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	568.586	-	-	568.586
<b>Ativos financeiros para negociação</b>		<b>2.651.727</b>	<b>61.137</b>	<b>186.510</b>	<b>2.899.374</b>
Instrumentos de dívida	7	2.588.878	-	15.467	2.604.345
Instrumentos de capital		1.225	-	-	1.225
Derivativos	8	61.624	61.137	171.043	293.804
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>		<b>190.341</b>	<b>208.639</b>	<b>236.580</b>	<b>635.560</b>
Instrumentos de dívida	7	190.341	208.639	236.580	635.560
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		<b>1.429.847</b>	<b>2.012.844</b>	<b>1.847.668</b>	<b>5.290.359</b>
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	6	260.099	73.312	-	333.411
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	1.169.748	1.939.532	1.847.668	4.956.948
<b>Outros ativos</b>		<b>216.568</b>	<b>91.959</b>	<b>363.198</b>	<b>671.725</b>
Ativos não correntes mantidos para venda	10	149.530	30.683	-	180.213
<b>Outros</b>		<b>67.038</b>	<b>61.276</b>	<b>363.198</b>	<b>491.512</b>
Devedores por depósitos em garantia	11	-	-	201.901	201.901
Imposto de renda a compensar		331	322	73.760	74.413
Outros ativos	12	65.612	22.133	59.249	146.994
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39	1.095	38.821	28.288	68.204
<b>TOTAL DO ATIVO <sup>(1)</sup></b>					<b>10.065.604</b>

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**PASSIVO**

<b>Passivos financeiros</b>		<b>3.729.426</b>	<b>1.728.567</b>	<b>3.193.968</b>	<b>8.651.961</b>
Derivativos	8	36.458	54.797	18.450	109.705
Depósitos de instituições financeiras	15	31.649	73.300	4.837	109.786
Depósitos de clientes	16	1.082.397	975.008	1.353.737	3.411.142
Captações no mercado aberto	17	1.954.411	-	-	1.954.411
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	18	26.974	18.386	791.144	836.504
Obrigações por empréstimos e repasses	19	533.146	607.076	728.396	1.868.618
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	20	209	-	-	209
Outros passivos financeiros	22	58.380	-	-	58.380
Dívidas subordinadas	21	5.802	-	297.404	303.206
<b>Provisões</b>	<b>23</b>	<b>7.971</b>	<b>5.500</b>	<b>61.949</b>	<b>75.420</b>
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões		7.971	5.500	18.006	31.477
Provisão para riscos fiscais		-	-	43.943	43.943
<b>Passivos Fiscais</b>	<b>24</b>	<b>-</b>	<b>38.120</b>	<b>-</b>	<b>38.120</b>
<b>Outros Passivos</b>		<b>37.805</b>	<b>-</b>	<b>9.257</b>	<b>47.062</b>
Outras obrigações	25	37.790	-	9.257	47.047
Relações com correspondentes	15	15	-	-	15
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>					<b>8.812.563</b>

<sup>(1)</sup> Não inclui o total do Imobilizado e do Intangível.

	Nota	31/12/2012			Total
		Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
<b>ATIVO</b>					
<b>Ativos Financeiros</b>		<b>5.300.398</b>	<b>2.110.531</b>	<b>2.289.206</b>	<b>9.700.135</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>5</b>	<b>432.076</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>432.076</b>
<b>Ativos financeiros para negociação</b>		<b>3.402.150</b>	<b>216.834</b>	<b>157.101</b>	<b>3.776.085</b>
Instrumentos de dívida	7	3.329.922	108.830	-	3.438.752
Derivativos	8	72.228	108.004	157.101	337.333
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>		<b>74.190</b>	<b>-</b>	<b>418.623</b>	<b>492.813</b>
Instrumentos de dívida	7	-	-	418.623	418.623
Instrumentos de capital		74.190	-	-	74.190
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		<b>1.391.982</b>	<b>1.893.697</b>	<b>1.713.482</b>	<b>4.999.161</b>
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	6	-	79.948	20.351	100.299
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	1.391.982	1.813.749	1.693.131	4.898.862
<b>Outros ativos</b>		<b>173.039</b>	<b>90.186</b>	<b>315.598</b>	<b>578.823</b>
<b>Ativos não correntes mantidos para venda</b>	<b>10</b>	<b>144.874</b>	<b>31.405</b>	<b>-</b>	<b>176.279</b>
<b>Outros</b>		<b>28.165</b>	<b>58.781</b>	<b>315.598</b>	<b>402.544</b>
Devedores por depósitos em garantia	11	-	-	199.189	199.189
Imposto de renda a compensar		855	-	35.623	36.478
Outros ativos	12	13.840	21.066	59.950	94.856
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39	13.470	37.715	20.836	72.021
<b>TOTAL DO ATIVO <sup>(1)</sup></b>					<b>10.278.958</b>
<b>PASSIVO</b>					
<b>Passivos financeiros</b>		<b>3.848.029</b>	<b>1.733.578</b>	<b>3.312.982</b>	<b>8.894.589</b>
Derivativos	8	34.804	42.256	23.333	100.393
Depósitos de instituições financeiras	15	83.159	25.772	12.069	121.000
Depósitos de clientes	16	1.283.568	875.250	1.436.341	3.595.159
Captações no mercado aberto	17	1.832.661	-	-	1.832.661
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	18	74.279	35.636	781.717	891.632
Obrigações por empréstimos e repasses	19	470.811	754.664	759.662	1.985.137
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	20	334	-	-	334
Outros passivos financeiros	22	56.071	-	-	56.071
Dívidas subordinadas	21	12.342	-	299.860	312.202
<b>Provisões</b>	<b>23</b>	<b>7.063</b>	<b>20.765</b>	<b>65.554</b>	<b>93.382</b>
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões		7.063	20.765	22.963	50.791
Provisão para riscos fiscais		-	-	42.591	42.591
<b>Passivos Fiscais</b>	<b>24</b>	<b>-</b>	<b>10.409</b>	<b>-</b>	<b>10.409</b>
<b>Outros Passivos</b>		<b>52.863</b>	<b>-</b>	<b>9.374</b>	<b>62.237</b>
Outras obrigações	25	52.826	-	9.374	62.200
Relações com correspondentes	37	37	-	-	37
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>					<b>9.060.617</b>

<sup>(1)</sup> Não inclui o total do Imobilizado e do Intangível.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**d) Risco de mercado****i) Definição**

Riscos de Mercado estão ligados a possíveis perdas monetárias em função de flutuações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas nos mercados. As oscilações de variáveis financeiras, como preços de insumos e produtos finais, índices de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio, geram potencial de perda para praticamente todas as empresas e, portanto, representam fatores de risco financeiro.

Basicamente, pode-se dizer que o Risco de Mercado que uma instituição está exposta deve-se ao conjunto de três fatores: a) exposição – valor exposto ao risco; b) sensibilidade – o impacto em função da flutuação de preços; e c) variação – a magnitude da variação de preços. Nota-se, dentre os fatores, que a exposição e sensibilidade são fatores controláveis pela instituição em função de seu apetite frente aos riscos observados, entretanto, a variação é uma característica do mercado, portanto fora do controle do Banco.

Os riscos de mercado podem ser classificados em diferentes modalidades, como o risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e preço de ações. Cada modalidade representa o risco de ocorrerem perdas em função de oscilações na variação em sua respectiva variável.

**ii) Gestão de risco de mercado**

A gestão do risco de mercado é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à mesa de operações e que tem como responsabilidade principal monitorar e analisar o risco de mercado oriundo das posições assumidas pelo Banco vis a vis o apetite ao risco definido pelo ALCO - Asset and liability committee e aprovado pelo Conselho de Administração.

A gestão de risco de mercado é efetuada diariamente pela Superintendência de Risco de Mercado, Liquidez e P&L, que calcula o Valor em Risco e gera os GAPs de descasamento dos Fatores Primitivos de Risco que compõem a carteira do Banco.

Os valores são confrontados diariamente com os limites de VaR, exposição por Fatores Primitivos de Risco e Stop Loss estabelecidos pelo ALCO - Asset and liability committee e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado.

Para os testes de estresse, utilizam-se os cenários de alta e de baixa divulgados pela BM&FBovespa, bem como o deslocamento das curvas de juros utilizadas. Poderão, ainda, ser utilizados alguns cenários gerados pelo ALCO - Asset and liability committee.

**iii) Metodologias***Valor justo*

O objetivo da marcação a mercado (Valor Justo) é tornar o apuração dos ativos e passivos contidos na carteira do Banco o mais transparente possível, visando a proteção dos acionistas.

*Value at risk – VaR (Valor em risco)*

O VaR mede a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança, ou seja, o VaR fornece uma medida do risco de mercado.

O gerenciamento de risco de mercado utiliza-se do VaR, como medida de perda potencial das carteiras do Banco. Para os cálculos, utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%. Todo o cálculo está baseado nos preços de fechamento de mercado, obtidos de diferentes fontes (Anbima, BM&FBovespa, Banco Central, entre outros).

São realizadas análises de VaR por mercado, vértices e por fator de risco associados a curva de juros, preços de ações, câmbio e commodities. Caso o limite de VaR seja excedido, será feita uma avaliação das operações e aquelas que apresentarem maior risco deverão ser reajustadas pela Tesouraria de modo a reduzir o risco e buscar o enquadramento dentro do limite máximo de exposição. A liquidez de mercado deverá ser avaliada quando do reajuste dessas operações.

**iv) Análises***GAP*

O descasamento entre os prazos de vencimento das operações ativas e passivas dos recursos cria um GAP de prazo, oriundo da diferença entre os prazos de vencimento médio ponderado do ativo e passivo. É, portanto, a representação gráfica por fator de risco dos fluxos de caixa expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento, sendo utilizado para a avaliação de exposição a risco em um horizonte de tempo.

*Análise de sensibilidade aos fatores de risco*

Nesta análise procura-se avaliar a variação do valor de mercado da carteira a uma pequena variação das estruturas a termo de taxas de juros. O cenário aplicado é o deslocamento de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros que compõem as carteiras da Instituição. Essa análise é importante, pois leva em conta a maturidade (duração) dos diferentes ativos que compõem as carteiras.

*Análise de estresse*

Diariamente são efetuados testes de estresse que são divulgados em conjunto com as figuras de Risco do Banco para cada tipo de exposição (prefixado-juros, Dólar, inflação e ações) considerando os cenários divulgados pela BM&FBovespa para cada fator de risco. São considerados dois cenários de alta e dois cenários de baixa.

**v) Riscos***Risco de taxa de juros*

Risco de taxa de juros surge da possibilidade de que variações na taxa de juros afetarão os fluxos de caixa futuros ou o valor justo de instrumentos financeiros.

*Risco de moeda*

Risco de moeda é o risco de variação no valor de um instrumento financeiro devido a mudanças em taxas de câmbio. O Conselho estabeleceu limites de posições em moedas estrangeiras. Conforme as políticas do Banco, posições são monitoradas diariamente e estratégias de *hedge* são utilizadas para manter as posições dentro dos limites preestabelecidos.

*Risco de preço de ações*

Risco de preço de ações é o risco de o valor justo de ações diminuir como resultado de variações no nível de índices de ações ou ações individuais.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**Risco de Commodities**

Risco de Commodities é o risco devido à oscilação dos preços de produtos físicos (produtos agrícolas, petróleo, metais, etc).

**vi) Exposição ao risco**
**Carteiras mantidas para negociação**

 Essa carteira é composta somente por operações em negociação (*trading*) do Banco transacionadas com a intenção de negociação, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem. Pode ainda, ser incluída operação destinada a *hedge* da referida carteira.

**Exposição aos riscos de mercado - Carteiras mantidas para negociação**

Apresentamos abaixo um resumo da posição de VaR das carteiras negociáveis do Banco referente o primeiro trimestre de 2013 e o quarto trimestre de 2012, considerando o critério de 99% de confiança e holding período de 1 dia:

	Média	Máximo	Mínimo
31 de março de 2013	978	1.658	456
31 de dezembro de 2012	1.076	2.218	245

**vii) Análise de sensibilidade**

Conforme Instrução Nº 475 da CVM, de 17 de dezembro de 2008, segue abaixo os possíveis impactos no resultado gerados pelos cenários de sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que expõe o Banco a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição em 31 de março de 2013:

Fator de Risco	Exposição	Análise de Sensibilidade		
		31/3/2013		
		Cenários ***		
		Provável <sup>(i)</sup>	Possível <sup>(ii)</sup>	Remoto <sup>(iii)</sup>
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(1.680)	(5.054)	(10.108)
Índice de Preços (IGPM)	Variações no cupom de IGPM	(86)	(181)	(362)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	(973)	(4.757)	(9.515)
Taxa TJLP (TJLP)	Variações na TJLP	(1)	1.039	2.078
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	(4.715)	(1.479)	(2.959)
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	36	(47)	(94)
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	Variação nas taxas OffShore	676	(6.748)	(13.495)
Moedas	Variação na variação cambial	1	(18)	(36)
<b>Total (soma não correlacionada) <sup>†</sup></b>		<b>(9.295)</b>	<b>(19.515)</b>	<b>(39.029)</b>
<b>Total (soma correlacionada) <sup>††</sup></b>		<b>(6.742)</b>	<b>(17.246)</b>	<b>(34.492)</b>

<sup>†</sup>Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

<sup>††</sup>Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

**Cenários**
**Cenário I - Provável**

Cenário composto pela variação dos fatores de mercado entre os dias 28/03/2013 e 12/04/2013 (variação da Pre de 7,92% para 8,32% no vértice de 1 ano, de 9,44% para 9,29% no vértice de 4 anos, variação do dólar de 2,014 para 1,976 e cupom cambial de 1,36% para 1,72% no vértice de 1 ano)

**Cenário II - Possível (\*)**

Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela BM&amp;F), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Fator de Risco	Taxa Mercado	Choque	Nova Taxa Mercado
	(1 ano)		(1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	7,92%	25%	9,91%
Índice de Preços (IGPM)	2,48%	25%	3,10%
Índice de Preços (IPCA)	2,67%	25%	3,34%
Taxa TJLP (TJLP)	2,66%	-25%	2,00%
Taxa de Cupom de Dólar	1,36%	-25%	1,02%
Taxa de Cupom de Outros Moedas	1,33%	25%	1,67%
Taxa LIBOR USD	0,73%	25%	0,91%
Moedas	2,0138	25%	2,5173

**Cenário III - Remoto (\*)**

Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela BM&amp;F), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Fator de Risco	Taxa Mercado	Choque	Nova Taxa Mercado
	(1 ano)		(1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	7,92%	50%	11,89%
Índice de Preços (IGPM)	2,48%	50%	3,72%
Índice de Preços (IPCA)	2,67%	50%	4,00%
Taxa TJLP (TJLP)	2,66%	-50%	1,33%
Taxa de Cupom de Dólar	1,36%	-50%	0,68%
Taxa de Cupom de Outros Moedas	1,33%	50%	2,00%
Taxa LIBOR USD	0,73%	50%	1,10%
Moedas	2,0138	50%	3,0207

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Fator de Risco	Exposição	Análise de Sensibilidade		
		31/12/2012		
		Cenários ***		
		Provável <sup>(i)</sup>	Possível <sup>(ii)</sup>	Remoto <sup>(iii)</sup>
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(541)	(28.484)	(56.969)
Índice de Preços (IGPM)	Variações no cupom de IGPM	90	(756)	(1.511)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	(272)	2.767	5.534
Taxa TJLP (TJLP)	Variações na TJLP	671	913	1.826
Taxa de Cupom de Dólar	Varição cupom cambial	(553)	234	469
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Varição cupom cambial	1	(9)	(19)
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	Varição nas taxas OffShore	(265)	(2.419)	(4.837)
Moedas	Varição na variação cambial	8	(333)	(667)
<b>Total (soma não correlacionada)<sup>†</sup></b>		<b>(3.159)</b>	<b>(39.381)</b>	<b>(78.762)</b>
<b>Total (soma correlacionada)<sup>**</sup></b>		<b>(861)</b>	<b>(28.087)</b>	<b>(56.174)</b>

<sup>†</sup>Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

<sup>\*\*</sup>Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

**Cenários**
**Cenário I - Provável**

Cenário composto pela variação dos fatores de mercado entre os dias 31/12/2012 e 07/01/2013 (variação da Pre de 7,14% para 7,12% no vértice de 1 ano, de 8,44% para 8,49% no vértice de 4 anos, variação do dólar de 2,044 para 2,031, e variação do cupom de IPCA de 0,82% para 0,94% no vértice de 1 ano)

**Cenário II - Possível (\*)**

Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela BM&amp;FBovespa), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Fator de Risco	Taxa Mercado		Nova Taxa Mercado	
	(1 ano)	Choque	(1 ano)	
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	7,14%	25%	8,92%	
Índice de Preços (IGPM)	1,60%	25%	2,00%	
Índice de Preços (IPCA)	0,82%	25%	1,02%	
Taxa TJLP (TJLP)	1,47%	-25%	1,10%	
Taxa de Cupom de Dólar	1,34%	-25%	1,01%	
Taxa de Cupom de Outras Moedas	0,91%	25%	1,14%	
Taxa LIBOR USD	0,83%	-25%	0,62%	
Moedas	2,0435	25%	2,5544	

**Cenário III - Remoto (\*)**

Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela BM&amp;F), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Fator de Risco	Taxa Mercado		Nova Taxa Mercado	
	(1 ano)	Choque	(1 ano)	
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	7,14%	50%	10,71%	
Índice de Preços (IGPM)	1,60%	50%	2,40%	
Índice de Preços (IPCA)	0,82%	50%	1,23%	
Taxa TJLP (TJLP)	1,47%	-50%	0,73%	
Taxa de Cupom de Dólar	1,34%	-50%	0,67%	
Taxa de Cupom de Outras Moedas	0,91%	50%	1,37%	
Taxa LIBOR USD	0,83%	-50%	0,41%	
Moedas	2,0435	50%	3,0653	

\* Para os Cenários II e III, foi considerado o resultado do estresse de alta ou baixa de forma a obter um resultado de maiores perdas para a carteira.

**viii) Balanço por moeda**

	31/3/2013			31/12/2012		
	Dólar	Euro	Outros	Dólar	Euro	Outros
<b>ATIVO</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	184.639	88.284	10	130.143	3.034	13
Empréstimos e adiantamentos a clientes	944.923	-	-	1.025.834	-	-
Outros ativos	25.167	16.316	-	2.122	-	-
<b>Total</b>	<b>1.154.729</b>	<b>104.600</b>	<b>10</b>	<b>1.158.099</b>	<b>3.034</b>	<b>13</b>
<b>PASSIVO</b>						
Depósitos de clientes	760	100.300	-	1.348	86	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	104.468	-	149.575	179.368	-	147.014
Obrigações por empréstimos e repasses	845.832	-	-	958.944	-	-
Relações com correspondentes	6.266	-	-	22.431	-	-
Dívidas subordinadas	257.528	-	-	267.641	-	-
Outros passivos	56.565	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.271.419</b>	<b>100.300</b>	<b>149.575</b>	<b>1.429.732</b>	<b>86</b>	<b>147.014</b>
<b>Derivativos</b>	<b>114.872</b>	<b>(3.819)</b>	<b>147.769</b>	<b>274.957</b>	<b>(3.006)</b>	<b>142.402</b>
<b>GAP</b>	<b>(1.818)</b>	<b>481</b>	<b>(1.796)</b>	<b>3.324</b>	<b>(58)</b>	<b>(4.599)</b>

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**ix) Balanço por taxa de juros**

						31/3/2013	
	Pre	IPCA	Libor	Cupom Cambial	TJLP	Outros	
<b>ATIVO</b>							
Instrumentos de dívida	2.318.461	630.368	-	-	-	48.928	
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	542.810	-	-	-	-	-	
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.238.495	256.671	801.992	187.979	826.397	649	
Outros ativos	209.263	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>6.309.029</b>	<b>887.039</b>	<b>801.992</b>	<b>187.979</b>	<b>826.397</b>	<b>49.577</b>	
<b>PASSIVO</b>							
Depósitos de clientes	2.838.904	501.126	216	-	-	15.890	
Depósitos de instituições financeiras	115.496	-	-	-	-	-	
Captações no mercado aberto	1.904.680	48.436	-	-	-	-	
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	647.812	25.922	255.677	-	-	-	
Obrigações por empréstimos e repasses	102.389	-	855.468	-	858.886	-	
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos	209	-	-	-	-	-	
Dívidas subordinadas	-	-	346.261	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>5.609.490</b>	<b>575.484</b>	<b>1.457.622</b>	<b>-</b>	<b>858.886</b>	<b>15.890</b>	
<b>Derivativos</b>	<b>(1.005.760)</b>	<b>(318.402)</b>	<b>-</b>	<b>142.218</b>	<b>(30.585)</b>	<b>(8.075)</b>	
<b>GAP</b>	<b>(306.221)</b>	<b>(6.847)</b>	<b>(655.630)</b>	<b>330.197</b>	<b>(63.074)</b>	<b>25.612</b>	

						31/12/2012	
	Pre	IPCA	Libor	Cupom Cambial	TJLP	Outros	
<b>ATIVO</b>							
Instrumentos de dívida	3.274.874	539.657	-	-	-	44.398	
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	100.299	-	-	-	-	-	
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.929.455	-	695.527	146.072	852.643	649	
Outros ativos	89.385	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>6.394.013</b>	<b>539.657</b>	<b>695.527</b>	<b>146.072</b>	<b>852.643</b>	<b>45.047</b>	
<b>PASSIVO</b>							
Depósitos de clientes	3.211.598	514.490	107	-	-	15.876	
Depósitos de instituições financeiras	121.299	-	-	-	-	-	
Captações no mercado aberto	1.832.661	-	-	-	-	-	
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	638.956	19.360	188.177	-	-	138.867	
Obrigações por empréstimos e repasses	128.426	-	950.871	-	892.308	-	
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	334	-	-	-	-	-	
Dívidas subordinadas	56.640	7.788	265.071	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>5.989.914</b>	<b>541.638</b>	<b>1.404.226</b>	<b>-</b>	<b>892.308</b>	<b>154.743</b>	
<b>Derivativos</b>	<b>(1.040.451)</b>	<b>(290.062)</b>	<b>-</b>	<b>340.998</b>	<b>(41.908)</b>	<b>2.044</b>	
<b>GAP</b>	<b>(636.352)</b>	<b>(292.043)</b>	<b>(708.699)</b>	<b>487.070</b>	<b>(81.573)</b>	<b>(107.652)</b>	

**e) Gestão de Risco Operacional**
**Definição**

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Para atenuar esse tipo de risco o Banco adota uma estrutura para garantir permanente atualização e mapeamento de riscos e controles, bem como capturar informações relacionadas a qualquer falha operacional.

**Gestão e Metodologia**

A estrutura responsável pela centralização da gestão dos riscos operacionais e pela disseminação da metodologia está composta por funcionários da Gerencia de Risco Operacional, que se reporta à Superintendência Executiva de Controle de Riscos, além dos pontos focais de Compliance que atuam nas diferentes atividades do Banco e ajudam a promover uma cultura de conformidade e controle de risco em todo o Banco, visando o objetivo de aprimoramento dos processos internos e a redução de riscos operacionais.

Nesta metodologia, periodicamente, são realizadas auto-avaliações das atividades e processos das áreas, que incluem a identificação dos riscos inerentes, avaliação da eficácia dos controles e sugestão de planos de ação para mitigar os riscos identificados e/ou melhorar os controles.

O Banco a partir de junho de 2011, alterou a metodologia de cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido (PRE) referente ao risco operacional (POPR) de Abordagem do Indicador Básico (BIA) para a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (ASA II), de acordo com a circular Bacen nº 3.383/08.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**47. RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO DO BANCO (BRGAAP e IFRS)**

De acordo com a instrução CVM n.º 457, de 13 de julho 2007, apresentamos a seguir a reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido atribuído a controladora ente o BRGAAP e o IFRS, nos períodos demonstrados a seguir:

	Nota explicativa	31/3/2013	31/12/2012
<b>Patrimônio Líquido consolidado em BRGAAP</b>			
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis - <i>Impairment</i>	a	66.911	66.433
Diferimento de tarifas bancárias e comissões pelo método de taxa efetiva de juros	b	(29.841)	(17.407)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de IFRS	e	(14.828)	(19.610)
<b>Patrimônio Líquido em IFRS</b>		<b>1.282.711</b>	<b>1.249.362</b>

	Nota explicativa	31/3/2013	31/3/2012
<b>Lucro Líquido consolidado em BRGAAP</b>			
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis - <i>Impairment</i>	a	478	18.171
Diferimento de tarifas bancárias e comissões pelo método de taxa efetiva de juros	b	(12.435)	(985)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	c	-	1.903
Baixa de investimento avaliados pelo custo	d	-	209
Hedge accounting	f	303	-
Transferência de categoria em títulos e valores mobiliários	g	7.517	-
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de IFRS	e	4.783	(7.719)
<b>Lucro Líquido em IFRS</b>		<b>46.201</b>	<b>58.139</b>

**a) Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis:**

Segundo o IFRS, com base na orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", o Banco estima a provisão para perdas sobre crédito com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Tais critérios diferem em determinados aspectos dos critérios adotados segundo o BRGAAP, que usa determinados percentuais regulatórios, independente da existência de evidência objetiva de impairment definidos em regulamentação do Bacen, para fins do cálculo da provisão para perdas sobre crédito.

**b) Diferimento de tarifas bancárias e comissões pelo método da taxa efetiva de juros:**

Segundo o IFRS, em consonância com o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros inerentes que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculados ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Segundo o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

**c) Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros:**

O Banco realizou a baixa de ativos objetos de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, a partir de 01 de janeiro de 2004, e de acordo com os requisitos do IFRS 1, foi recomposto e registrado o ativo transferido com retenção de riscos e benefícios e registrado o passivo referente a coobrigação na operação de cessão de crédito na data de transição ao IFRS, assim como posteriormente. A receita (despesa) apurada na época da cessão de crédito é reconhecida no resultado durante o período de vigência dos respectivos contratos.

**d) Baixa de investimentos avaliados pelo custo:**

O Banco realizou no balanço de abertura a baixa de investimentos avaliados pelo custo, anteriormente registrados no ativo, tendo em vista não atender os requisitos para o reconhecimento do ativo, pelo IFRS.

**e) Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de IFRS**

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, calculados sobre os ajustes de IFRS, foram refletidos na reconciliação.

**f) Hedge accounting**

O IAS 39 requer que na descontinuidade do hedge accounting de fluxo de caixa o ganho ou a perda cumulativo resultante do instrumento de hedge que se mantém reconhecido como resultados abrangentes desde o período em que o hedge estava em vigor deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a liquidação do objeto do hedge.

**g) Transferência de categoria em títulos e valores mobiliários**

O IAS 39 proíbe a reclassificação entre categorias dos instrumentos financeiros, neste sentido, os ativos financeiros disponíveis para a venda não podem ser reclassificados para outras categorias, nem de outras categorias para ela.

\*\*\*\*\*